



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**Departamento de Ciências Humanas – DCH III**  
**Colegiado de Licenciatura em Pedagogia**

**ANA RAPHAELA RAMOS DA SILVA**  
**PATRÍCIA DA SILVA CUSTODIO**

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O TRANSPORTE ESCOLAR: UMA  
TRAJETÓRIA DE EXPERIÊNCIAS**

**Juazeiro - BA**

**2021**

**ANA RAPHAELA RAMOS DA SILVA**

**PATRÍCIA DA SILVA CUSTODIO**

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O TRANSPORTE ESCOLAR: UMA  
TRAJETÓRIA DE EXPERIÊNCIAS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao curso de Licenciatura em pedagogia Universidade do Estado da Bahia – UNEB/ DCHIII como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Edilane Carvalho Teles

**Juazeiro – BA**

**2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

S586e Silva, Ana Raphaela Ramos da

A educação do campo e o transporte escolar: uma trajetória de experiências / Ana Raphaela Ramos da Silva; Patrícia da Silva Custodio. Juazeiro-BA, 2021.  
69 fls.: il.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edilane Carvalho Teles.

Inclui Referências

TCC (Graduação – Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus III. 2021.

1. Educação do campo. 2. Transporte escolar – Educação do campo. 3. Políticas públicas – Educação do campo. 4. Educação contextualizada. 5. Direitos – Educação do campo. I. Teles, Edilane Carvalho. II. Custodio, Patrícia da Silva. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 370.91734

ANA RAPHAELA RAMOS DA SILVA

PATRÍCIA DA SILVA CUSTODIO

**MEMORIAL DE PROJETO EXPERIMENTAL:  
A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O TRANSPORTE ESCOLAR: UMA  
TRAJETÓRIA DE EXPERIÊNCIAS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado a Universidade do Estado da Bahia  
– UNEB/DCHIII como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Aprovado em: 12 de Julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

*Edilane Carvalho Teles*

Orientador(a): Professora Dr<sup>a</sup>. Edilane Carvalho Teles  
UNEB

*Francisca de Assis de Sá*

Pro<sup>fa</sup> Esp. Francisca Assis de Sá  
UNEB

*Sandra Novais Santos*

Pro<sup>fa</sup> Ms. Sandra Novais – UNEB

Dedicamos esse trabalho em especial a Deus, pois toda honra e toda glória vem dele. Dedicamos ainda aos nossos pais, que nos apoiam e acreditam no nosso potencial. Dedicamos ainda a todos os educadores da Universidade que são referências para as profissionais que queremos ser.

## AGRADECIMENTOS

Ana Raphaela Ramos da Silva

Agradeço a Deus, que sempre esteve comigo, nas horas de aflições e cansaços, mas sempre me deu forças para continuar a remar o barco.

Minha eterna gratidão aos meus pais Miguel e Edilene, de origens campesinas, que apesar, de muitas dificuldades, persistiram nos meus estudos e me deram a oportunidade de ingressar em uma Universidade, eles são a melhor parte dessa história e sem eles nada seria possível. Agradeço também ao meu irmão, Micael, que me ajudou durante todos esses anos e me ajudou com essa conquista.

Ao meu padrinho, Alberto e suas filhas Vitória, Vanessa e Yasmin que sempre estiveram dispostos a me ajudar, sendo peças fundamentais nessa trajetória. *In memoriam*, a minha eterna madrinha (Ivone) que sempre se fez presente comigo, independente da presença física.

Ao meu namorado Wesley, muito solícito esteve comigo todos esses anos de graduação, me passando tranquilidade e conforto nos momentos conturbados.

A minha parceira de pesquisa, Patricia, que travou comigo diversos momentos durante o percurso do curso, onde juntas desenvolvemos com muito comprometimento o nosso trabalho, minha gratidão.

A professora Edilane, que com paciência e sabedoria nos ajudou a desenvolver essa pesquisa, a ela minha gratidão, respeito e admiração. Agradeço também ao professor Edmerson e Francisca de Assis, que nos instigou a refletirmos a nossa própria história.

Por fim, não menos importante, a todos os professores do curso de Pedagogia que somaram significativamente na nossa formação, em especial a professora Francineide Santana.

Patricia da Silva Custodio

Agradeço primeiramente a Deus, que me fortaleceu para chegar até aqui.

Aos meus pais Valdelice e José Ailton que sempre me apoiaram, me incentivaram e fizeram tudo para que eu concluísse com êxito a minha graduação, pois é também por eles essa formação. As minhas irmãs Carina e Fabrícia que sempre se preocuparam com a minha formação. Muito obrigada por tudo!

A minha parceira da realização desse trabalho que dividiu esse momento comigo, que realizou cada etapa com todo esforço, coragem e persistência, que sempre me completou em ideias e pensamentos.

Ao meu namorado pela paciência, por todo apoio, incentivo e ajuda que me deu nesse momento.

A professora Edilane que nos orientou cuidadosamente, com muita atenção e nos incentivou a todo momento. Também ao professor Edmerson Reis que iniciou a nossa orientação pela dedicação na escrita do nosso trabalho.

Aos meus familiares que ajudaram na construção do produto midiático, com entrevistas, bem como na captação de algumas imagens, além do incentivo e preocupação.

As amigas da faculdade que viveram esses anos comigo, por toda parceria e troca de conhecimentos.

E a todos os professores da universidade que contribuíram enormemente para a minha formação e para a profissional que vou me tornar.

“Saber caminhar em meio às estantes da biblioteca, saber assistir criticamente a um telejornal é um poder-quando lembramos o que significa esse poder no nosso cotidiano, na nossa vida”.

(Mario Sergio Cortella)

## RESUMO

A presente pesquisa propõe refletir sobre os desafios e as experiências dos educandos do campo nas comunidades de Laginha e Lajes – Distrito de Carnaíba do Sertão, no município de Juazeiro/BA, que por falta de escolas nos seus lugares, precisam utilizar de transportes escolares sem qualidade e com itinerários ruins, enfrentando uma série de desafios que vai de encontro à lei que assegura de que todo aluno tem o direito à Educação com uma escola próximo a sua residência. Além disso, retrata sobre o fechamento de escolas do campo pelo processo de nucleação, baixo investimento político educacional, analfabetismo, direitos forjados, êxodo rural. Para tanto, fundamenta-se na fenomenologia, de abordagem teórico-metodológica qualitativa. Para a pesquisa de campo, como instrumentos de levantamento de informações, foram utilizadas narrativas próprias, observações de cenários, registros em diário de campo, entrevistas com professoras(es), discentes e egressas(os) e a mãe de estudantes. A sustentação teórica, no que se refere a educação do campo e o transporte escolar, fundamentou-se principalmente nas reflexões e estudos de CALDART (2009), REIS (2011), Os resultados foram realizados por meio de um documentário, que deu continuidade discussões, por meio de um espaço democrático de múltiplas narrativas, que além de abordarem suas dificuldades, demonstram a criatividade, a realidade e o carinho de sua terra.

**Palavras-Chave:** Educação do Campo. Transporte Escolar. Políticas Públicas. Educação Contextualizada. Direitos.

## ABSTRACT

This research proposes to reflect on the challenges and experiences of rural students in the communities of Laginha and Lajes - District of Carnaíba do Sertão, in the municipality of Juazeiro/BA, that due to the lack of schools in their places, they need to use poor quality school transport with bad itineraries, facing a series of challenges that go against the law that ensures that every student has the right to education with a school close to their residence. In addition, it portrays the closure of rural schools by the nucleation process, low political educational investment, illiteracy, forged rights, rural exodus. Therefore, it is based on phenomenology, with a qualitative theoretical-methodological approach. For the field research, as information gathering instruments, own narratives, scenario observations, field diary records, interviews with teachers, students and graduates and the mothers of students were used. The theoretical support, with regard rural education and to school transport, was based mainly on the reflections and studies of CALDART (2009), REIS (2011). The results were realized through a documentary, which continued discussions, through a democratic space with multiple narratives, which in addition to addressing their difficulties, demonstrate the creativity, reality and affection of their land.

**Keywords:** Rural education. Transport school. Public policies. Education Contextualized. Rights

**LISTA DE SIGLAS**

Agrovale	Agroindústria do Vale do São Francisco
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Codefas	Colégio Estadual Democrático Professora Florentina Alves dos Santos
COVID-19	Corona Vírus Disease 2019
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FACJU	Fundação Assistencial e Comunitária de Juazeiro
FNRM	Fato de Necessidade de Recurso do Município
FNRM	Fator de Necessidade de Recurso do Município
IDEB	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>11</b>
<b>1. CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>14</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
2.1 CONTEXTUALIZANDO LÓCUS DA PESQUISA – LAGINHA E LAJES.....	19
2.2 RELATÓRIO DO DOCUMENTÁRIO .....	25
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>28</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PESQUISA E PRODUTO MIDIÁTICO.....</b>	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>34</b>
<b>4. ESCOLA DO CAMPO.....</b>	<b>35</b>
4.1 CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	36
4.2 ESCOLA MULTISSERIADA FECHADA DA COMUNIDADE DE LAGINHA, TENDO COMO CONSEQUÊNCIA ALUNOS TRANSPORTADOS.....	37
4.3 A ESCOLA DO CAMPO QUE QUEREMOS .....	40
<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>42</b>
<b>5. HISTÓRIA DO TRANSPORTE ESCOLAR ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA... 43</b>	
5. 1 PERSPECTIVAS DO TRANSPORTE ESCOLAR - POVOADOS DE LAGINHA E LAJES.....	46
5.1.2 ESCOLA MUNICIPAL E ESTADUAL: LOCAL DE ACOLHIMENTO .....	46
5.1.3 O ÊXODO RURAL VIVENCIADO POR JOVENS DO INTERIOR DE JUAZEIRO (BA) .....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa e suas proposições nasceram primeiramente a partir das nossas experiências de vida, a começar pela nossa origem do campo, onde moramos por 17 anos em áreas rurais, com uma educação integralmente no campo até o término do Ensino Médio. Vivenciamos os sabores doces e amargos na luta pela Educação do/no Campo, enfrentando barreiras e construindo experiências. Nesse espaço, ora como estudantes, ora como sujeitos e futuras profissionais de Educação, conseguimos perceber que não é uma prioridade das políticas públicas mudarem, bem como propor uma forma mais justa às condições educacionais em que vivem os sujeitos, em contexto com menos acesso e mais desfavorecidos.

Desse modo, após refletirmos essas e outras questões que emergem a Educação do/no Campo, vimos que é de suma importância dialogarmos e pesquisarmos sobre o tema e os seus subtemas ou, pelo menos, questionarmos as nossas próprias identidades, de forma que possa melhorar a realidade atual, preservando e valorizando a cultura local e rural.

Considerando que na oferta da educação básica para a população rural os sistemas de ensino devem prover as adaptações necessárias às especificidades da região (LDB, 1996), e que o transporte escolar do campo tido como um direito, que tem a intenção de garantir o acesso e a permanência dos estudantes do campo nas unidades escolares, de acordo com a Resolução CEB/CNE nº 02 de abril de 2008, onde o transporte deve acontecer, preferencialmente, intracampo, a presente pesquisa buscou dar respostas à seguinte questão: Quais as experiências construídas e as dificuldades encontradas por alunos na educação campo e conseqüentemente como sujeitos transportados das Comunidades Laginha e Lajes para o Distrito de Carnaíba do Sertão, em Juazeiro (BA).

Assim, é importante refletirmos a partir de estudos e referenciais especializados da área, os aspectos históricos da vida escolar do campo, seus sujeitos e as políticas públicas referentes à educação do campo e ao transporte escolar. Além disso, descrever através de relatos e narrativas que abordam as vivências das(os) discentes em escolas do campo e ao serem transportadas(os), enaltecendo os significados dessas experiências para a formação cidadã dos sujeitos nos contextos do campo.

Compreendemos que a educação é um direito garantido nas leis do país a todo cidadão, entretanto, para ter acesso a essa garantia, muitos estudantes que moram na zona rural do município de Juazeiro (BA), no interior de Carnaíba do Sertão, precisam superar

muitas dificuldades, percorrer quilômetros de distância em condições precárias para a continuidade da formação e dos processos de aquisição de conhecimentos.

Aliada à problemática acima descrita, por conta de muitos motivos, entre eles, a ‘justificativa’ de redução custos, os municípios ao longo dos anos têm fechado as escolas das comunidades, transportando os estudantes para escolas distantes, e estes, diante da realidade imposta têm que enfrentar um tempo maior para o acesso à educação institucionalizada, percorrido com péssimas condições dos transportes escolares, das estradas e ainda lidar com um ensino pautado em conteúdos descontextualizados das suas realidades. Nessa perspectiva, é preciso compreender e lutar por uma escola que seja pensada para atender os camponeses, considerar as práticas e ações sociais de sua população, pois a educação do campo não deve ser vista apenas como modalidade de ensino, mas também como uma política pública de direitos que deve proporcionar às comunidades continuidades de aprendizados e uma leitura de mundo em continuidade e garantias de acessos e direitos.

Além disso, todas essas questões, juntamente com a falta de garantias que já abordamos, fazem com que muitos estudantes se sintam prejudicados em detrimento de outros, que tem o acesso à escola próxima às suas casas e com ensino vinculado a sua realidade. Diante desses entraves, alguns alunos persistem e concluem o ensino médio, por outro lado, outros abandonam a escola e percorrem diferentes trajetórias, ocupam os centros urbanos em busca de emprego, trabalham na agricultura familiar local e outra possibilidade bastante recorrente é ocupar cargos nas empresas do agronegócio da região, com salários baixos por conta da falta de qualificação profissional, ficando vulneráveis à relação de exploração do capital/trabalho.

Apesar disso, o fato de conseguir um trabalho é uma saída encontrada pelos jovens para desenvolverem a autoestima e adquirirem de certa forma, a independência financeira, bem como ajudar os custeios da família. Dessa forma, muitos pais enfatizam a importância do trabalho como forma de geração de renda e a busca de uma ascensão social, já outros, com muita resistência e esforços priorizam os estudos, acreditando que através do conhecimento é possível transformar a realidade e futuro das(os) filhas(os).

A seguir, abordamos o contexto histórico durante um período de mais de 20 anos, discutindo, não só o fechamento e falta de escolas do/no campo, como também as dificuldades encontradas pelos sujeitos ao acesso de uma educação pública de qualidade e contextualizada. Seguindo essas questões, retratamos as falhas das/nas políticas públicas,

principalmente, no que diz respeito a questões da educação do campo, ao transporte escolar e a infraestrutura das estradas.

Utilizamos como percurso metodológico para esse trabalho, a pesquisa de campo, complementando com as entrevistas realizadas com sujeitos da realidade do campo para a coleta de dados, como também os levantamentos bibliográficos realizados para pautar as discussões aqui trazidas. Com o intuito de ampliar o conhecimento dos próprios colaboradores, fizemos a nossa pesquisa aplicada, com o método fenomenológico. Visando mostrarmos não apenas números, mas discutir os mesmos, realizamos a nossa pesquisa com cunho qualitativo.

Deste trabalho, resulta uma exposição por meio de um produto midiático (documentário) com os sujeitos que lutaram/lutam por uma educação do/no campo com qualidade, por transportes escolares dignos, por meio de políticas públicas que garantam o acesso do camponês ao ensino, com entrevistas que abordam os cenários de vivências e lutas, descrevendo os esforços para o acesso ao ensino, com falas pertinentes de jovens que veem o ensino como um sopro de esperança em suas vidas.

Além disso, buscamos explicar de maneira reflexiva, lembranças de um percurso histórico árduo no caminho da escola, e, que, embora as reivindicações da comunidade pelo direito à educação tenham ajudado a melhorar o cenário, é necessária a compreensão de que essas conquistas foram demoradas e no decorrer do tempo, muitos foram os jovens que precocemente abandonaram o ensino regular pelas dificuldades encontradas, entrando na triste estatística da evasão escolar.

O trabalho se constitui em cinco capítulos para dar conta de tais questões, sendo o primeiro acerca da contextualização do problema, no segundo abordando sobre a metodologia, a contextualização dos lócus de pesquisa e também sobre o relato do documentário, contando com uma descrição minuciosa da elaboração do produto. O nosso terceiro capítulo traz a fundamentação teórica com as discussões de autores e apresentação do produto midiático. O capítulo quatro, traz questões a respeito da escola do campo, a contextualização dos problemas da educação do campo, abordando ainda sobre fechamento de escola multisseriada, o processo de nucleação e o transporte de alunos. Em relação a essas questões, expomos sobre a escola do campo que queremos ainda neste capítulo. E no último capítulo, discorreremos no tocante a história do transporte escolar, as políticas públicas que o rodeiam, englobando também as perspectivas do transporte nas comunidades Laginha e Lajes, demonstrando para onde esses alunos das comunidades são transportados, colocando

um tópico referenciando sobre a escola de acolhimento. Em decorrência de falta de subsídios, falamos a respeito do êxodo rural vivenciado por sujeitos do campo, que é uma realidade bastante comum.

## CAPÍTULO I

**Figura 1** - Transporte escolar



Fonte: autoria própria

A raiz do grande mal,  
Vem da situação crítica  
Desigualdade política,  
Econômica e social.  
(Patativa do Assaré)

## 1. CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA

Essa pesquisa surgiu das nossas vivências como alunas transportadas para a escola do campo, em Carnaíba do Sertão, demonstrando a realidade educacional, expandindo assim, as discussões a respeito do assunto, que por meio de tais experiências, buscamos novos relatos, histórias e narrativas para sustentar o trabalho, contribuindo com o reconhecimento e entendimento do percurso histórico que realizamos, a fim de evidenciar as dificuldades encontradas diariamente no processo da aquisição de conhecimentos, juntamente com a luta da comunidade para a acessibilidade das políticas públicas e, conseqüentemente, evidenciar as mudanças nos/dos transportes escolares no decorrer do tempo das comunidades investigadas. Além disso, registrando e comunicando as condições que devem ser asseguradas por lei para um acesso de um ensino mais justo e de qualidade. Portanto, constituindo em nosso entendimento, um trabalho com grande relevância na busca por abordar e investigar realidades pouco discutidas nos contextos acadêmicos e escolares, enfatizando as identidades dos sujeitos locais e do campo, seus desafios e as experiências e narrativas que constroem no dia a dia.

Assim, de forma muito cautelosa, fizemos a tentativa de dialogar com as comunidades, com as quais exploramos os contextos em que viveram/vivem alguns estudantes na busca pelo ensino. Por isso, essa pesquisa traz mais que dados e informações, ela traz as histórias reais para perto do leitor, contribuindo efetivamente para uma compreensão maior sobre a luta pela educação, corroborando também em levantar as questões em torno das leis e direitos que fundamentam esse tema.

Com abordagem teórico-prática, por meio do produto midiático, tem-se a intenção de popularizar com autenticidade a realidade, alguns dos estudos sobre os transportes escolares, as escolas do campo e o fechamento, abordando as vivências de sujeitos e outros aspectos que emergem continuamente nesta problemática urgente e necessária às discussões e redimensionamento das políticas públicas para a educação do/no campo. Assim, almejando por meio deste, a ampliação do entendimento de uma concepção social e política sobre as particularidades, diferenças e desigualdades existentes na sociedade brasileira e nos interiores do território nacional.

Para tratarmos desse assunto utilizaremos autores como CALDART (2012), REIS (2011), que trazem reflexões significativas sobre a Educação do/no Campo em diversos aspectos da sua formação, levantando questões diante das terminologias eivadas de estigmas

que existem para abordagens, críticas, quanto às elaborações e definições das características que compõem o currículo e as práticas submetidas ao modelo urbanístico, por não pensarem em uma educação com uma realidade própria, que seja comprometida com a contextualização das comunidades do campo. Os autores, também valorizam os sujeitos do/no campo, reconhecendo suas conquistas e seus direitos que devem ser assegurados pelas autoridades com respeito e eficiência pelas leis que regulamentam a Educação do Campo. Compreensão defendida por Souza e Reis (2003, p.27).

O sentido da educação [...] está no fato de poder contribuir para que as pessoas assumam uma nova postura diante do meio em que convivem e de que, nessa busca de (re) conhecimento de si (como sujeito histórico) e do lugar (como reflexo dessa história), possam intervir e transformar a ambos.

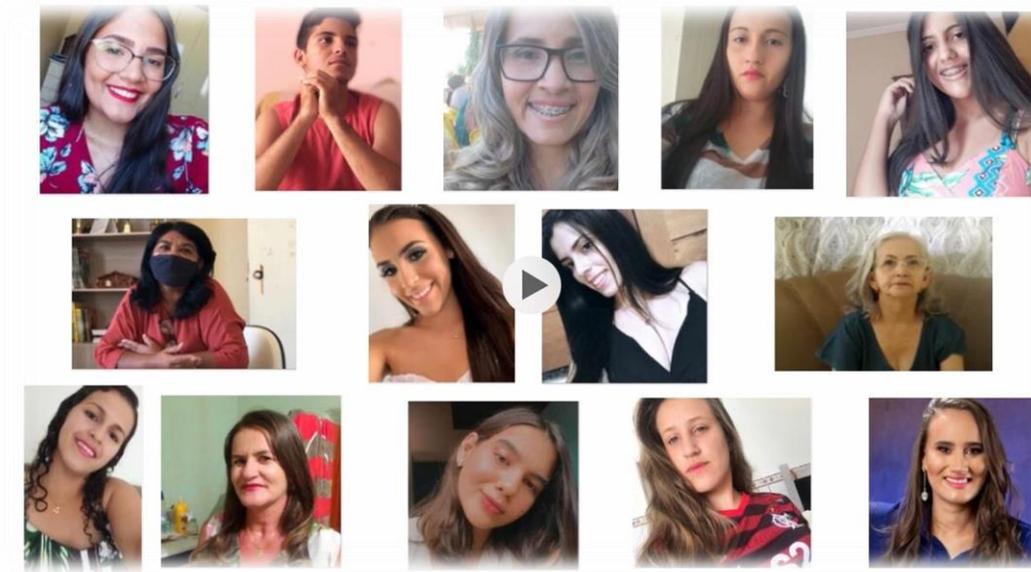
Além disso, cabe um olhar nas entrelinhas sobre os vínculos entre educação e emancipação que buscamos enaltecer na pesquisa, como cidadãos que não se anulam diante da sociedade e agem com autonomia, para que tenham um ensino que os encoraje e seja voltado para um pensar crítico, como aborda ADORNO (2006). A educação do campo precisa estar implicada com esses vínculos, oferecendo uma formação que suscite o progresso para seus sujeitos, permeando na sociedade.

A educação desenvolvida no semiárido deve contribuir para a construção de um outro cidadão / cidadã que consegue se afirmar enquanto sujeito social e político que toma consciência de sua história e da história de sua região, reconstruindo sua identidade e sua cultura a partir de um olhar crítico sobre as representações construídas historicamente sobre as pessoas e a cultura do semiárido. (LIMA, 2006, p.41)

Com isso, pretende-se trazer uma reflexão sobre a importância de uma educação emancipatória, com a perspectiva de abordar políticas públicas voltadas para o campo, bem como sobre o transporte escolar e ações afirmativas, em que os discentes dependentes destas, não sejam inferiorizados, nem prejudicados com relação aos direitos a uma educação que garanta a qualidade do ensino e da aprendizagem, com o currículo muitas vezes descontextualizado, visto que é necessário levar em conta todos os empecilhos enfrentados por esse árduo caminho trilhado no cotidiano de crianças e jovens, suas culturas e histórias de vida.

## CAPÍTULO II

Figura 2 - Colaboradores do produto midiático



Fonte: os entrevistados

## 2. METODOLOGIA

A metodologia está pautada na pesquisa de campo, que equivale à observação dos fatos, bem como, através do levantamento bibliográfico, individualizando e analisando o que se discute a respeito do tema. Além disso, foram feitos registros em diário com a atualização das informações por meio dos procedimentos utilizados na coleta de dados com entrevistas semiestruturadas, trazendo perguntas que visaram obter retornos atrelados aos objetivos e categorias que deram sustentação aos temas abordados na pesquisa, o que nos permitiu realizar as interpretações das respostas. Uma vez que,

[...] as entrevistas constituem uma fonte essencial de evidências para os estudos de caso, já que a maioria delas trata de questões humanas. Essas questões humanas deveriam ser registradas e interpretadas através dos olhos de entrevistados específicos, e respondentes bem-informados podem dar interpretações importantes para uma determinada situação. (GIL, 2008, p. 118)

Os entrevistados foram escolhidos e convidados de acordo com uma linha histórica, com a presença de estudantes e egressos, para que pudéssemos demonstrar através das diversas visões e entendimentos, como, por exemplo, a mãe de alunas que vivenciou ativamente o percurso de reivindicações e professores de diferentes épocas, ao longo dos anos, que fizeram parte da escola multisseriada e do processo de nucleação. Foi utilizada a pesquisa exploratória que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e entrevistas, que é debatida por Gil (2002, p.41). Em acréscimo a esta, a pesquisa também pauta-se nas histórias de vida, pois parte de nossas gêneses históricas e narrativas, para o entrelaçamento com as demais, numa tentativa de construção das lógicas que relacionam e/ou ligam os modos de compreensões destas realidades com o tema investigado.

Para dar conta dessa pesquisa a metodologia amparou-se na pesquisa qualitativa, tendo em vista que foram colocados dados exploratórios com o objetivo de informar elementos existentes na(s) realidade(s) estudada(s). De acordo com Richardson (1999), os estudos qualitativos podem descrever a complexidade do problema, analisar as variáveis, assim como compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais.

Quanto à natureza do trabalho, trata-se de uma pesquisa aplicada, visto que a mesma busca responder perguntas para ampliar os conhecimentos de mundo dos colaboradores. Em relação ao método, trata-se de um percurso fenomenológico, no qual se pretende demonstrar

os acontecimentos, as experiências vividas, explicar, analisar e interpretar o fenômeno. Que segundo Bicudo (2011, p. 36) “[...] A Fenomenologia [...] desnuda a harmonia e a simplicidade presentes em uma estrutura do real vivido” e complementa em outro estudo que “[...] a Fenomenologia, portanto, é um pensar a realidade de modo rigoroso”. (1994, p.17)

Para abordar essas histórias e levantamentos, elaboramos um documentário, uma produção realizada como um filme, o qual exigiu a elaboração de roteiros com múltiplas funções, que perpassaram os relatos sobre as histórias de vida autênticas e semelhantes, trazendo depoimentos de pessoas, demonstrando um pouco sobre o percurso histórico do transporte escolar nas comunidades de Laginha e Lajes – Carnaíba do Sertão e questões envoltas da educação do campo. Sobre essa produção, Bernard afirma que,

Os documentários conduzem seus espectadores a novos mundos e experiências, por meio da apresentação de informação factual sobre pessoas, lugares e acontecimentos reais, geralmente retratados por meio do uso de imagens reais e artefatos. (2008, p.2)

O projeto de pesquisa e o produto midiático, inicialmente foram pensados em outro formato mais ativo, e que exigia um trabalho de campo participativo para a realização do estudo, com gravações presenciais de cenários e entrevistas. No entanto, a pesquisa deve estar relacionada com a realidade, por isso, foi necessária uma flexibilidade para se adaptar as circunstâncias, isso não significa dizer que o planejamento foi falho, mas que houve acontecimentos que demandaram a realização de mudanças.

A pesquisa passou por uma nova fase de planejamento e adequação, devido à pandemia, pois as normas pedem o distanciamento entre pessoas para a proteção do vírus da COVID-19, assim, visando o cumprimento de medidas restritivas e prezando pela saúde de todas(os), as entrevistas ganharam um novo formato em que os próprios voluntários como colaboradores do nosso trabalho puderam fazer seus próprios vídeos e nos enviaram de acordo com as questões que foram pensadas e analisadas de forma diferente para cada um, associando com as suas narrativas e destaque às histórias de vida. Essa foi uma saída diante da emergência para o momento crítico em que o país se encontra, com milhares de pessoas morrendo todos os dias, diante de um sistema de saúde sucateado.

Busca-se na pesquisa, bem como no documentário, destacar e exaltar os direitos que foram muitas vezes negligenciados, portanto, desconhecidos pelas comunidades, acreditando que cada pequeno avanço pode ser considerado como uma grande conquista, pois não sendo de conhecimento da maioria das pessoas, muitos direitos que são previstos por lei. Por isso,

diante de lacunas do continuo descaso de políticas públicas, refletimos que abordar as nossas histórias era mais do que necessário, pois elas poderiam promover ações que fortalecesse as vozes de muitas pessoas que estão com suas histórias escolares e narrativas engavetadas. Assim, o escopo é fomentar um espaço democrático.

Diante do exposto, buscamos no documentário, relatar sobre percursos de histórias reais, de pessoas que vivenciaram da “mesma” realidade, com depoimentos que nos remetem à questões amplamente discutidas em nossa escrita.

Em algumas situações tivemos que criarmos um ambiente propício que viesse representar as situações em que os alunos percorrem no caminho até a escola, ilustrando sobre o transporte escolar. A recriação de determinada situação não quer dizer que ela não existiu, mas que devido à impossibilidade de captar em tempo real, tivemos que recriar.

Um documentário é uma mídia em formato de vídeo que busca narrar histórias reais, é uma representação importante muito utilizada para pesquisas científicas, onde o pesquisador é um profissional fundamental para a sua produção. Por trás do produto midiático, existe um planejamento que estuda minuciosamente qual tema abordar, os sujeitos que farão parte do processo, cenários, imagens, áudios, equipamentos a serem utilizados, elementos necessários para enriquecerem o audiovisual.

Um dos pontos de extrema importância é a escolha do tema, pois é através disso que o estudo vai se mover, tudo será criado e tomará forma. Com a função de ‘tocar’ os telespectadores, buscando que se identifiquem com a história contada e/ou problemática, visto que quando percebemos que o que vemos é testemunho do que é o mundo, tende a embasar a orientação e a-crítica.

A ideia para a realização do documentário foi trazer questões pouco discutidas, além de ser uma forma de dar veracidade às informações coletadas, fortificando os argumentos da pesquisa. É importante destacar que, o que é apresentado tem o ponto de vista do idealizador do documentário, pois o conteúdo que vai constar está de acordo com o seu pensamento.

Nos filmes, os escritores tentam chamar a atenção através de ações que talvez nunca possam acontecer na realidade, mas utilizam artifícios que nos prende na história. O documentário, por sua vez, tem o mesmo desafio, apresentando o mesmo fascínio e emoção, mas com histórias reais.

Traz em seu contexto vastas discussões quanto a sua definição, pois é constituído de pontos específicos, ao mesmo tempo amplos que o caracterizam. Por um lado, à representação cinematográfica, com características de cinema, filme, por fazer representações de determinadas questões. Tem ainda o caráter de filmar e promover indagações reais para serem expostas, foge da forma do mundo ficcional dos cinemas, e, por isso, a dificuldade em chegar a uma conclusão ‘comum’ sobre uma denominação específica. Quanto ao seu surgimento, Rodrigues afirma que,

O filme documentário nasceu juntamente com os primórdios do cinema, no final do século passado, quando as imagens fotográficas em movimento registravam as atualidades em produções de cine-jornais e filmes institucionais, em registros de expedições, de acontecimentos históricos, atos oficiais, cerimônias públicas e privadas da elite, funcionamento de fazendas e fábricas, entre outras documentações. (2010, p.64)

Os trabalhos produzidos em formato de cinema foram durante muito tempo uma produção ligada à elite. A partir dos anos 1950, os críticos brasileiros começaram a ter uma preocupação em filmar sem modelos pré-estabelecidos, utilizando a câmera como sua aliada. Não é surpresa que os ganhos culturais, informacionais sejam um privilégio de alguns grupos específicos, essa é uma situação que reverberou durante décadas. Assim, foi também com o cinema documentário. No Brasil as pessoas não tinham muito acesso ao mundo cinematográfico, só os que obtinham um maior poder aquisitivo, isso nos anos 50. (RODRIGUES, 2010)

Durante o processo de desenvolvimento de um documentário para o acesso de público amplo, passa-se por diversos momentos. O período da ditadura Militar é um desses, onde muitos temas não podiam ser colocados em pauta, restringindo as produções, mas, durante a década de 70 os cineastas começaram a perder receio/medo de se posicionar em suas produções.

Com o passar dos anos, esse tipo de produção vai passando por altos e baixos, com ações do governo. Nos anos 90, o cinema enfrentou um grande desfalque com o fechamento do cinema nacional, entretanto, com as evoluções das gravações ainda conseguiram se sustentar, modificado paulatinamente com os avanços tecnológicos. Atualmente é possível captar imagens para um produto até mesmo pela câmera de celular e também com câmeras menores, que financeiramente são mais viáveis.

## 2.1 CONTEXTUALIZANDO LÓCUS DA PESQUISA – LAGINHA E LAJES

A região Nordeste é grande e peculiar nas suas múltiplas características, cada cidade tem um interior com a sua essência. Com a comunidade de Lágina, localizada no Distrito de Carnaíba do Sertão no interior de Juazeiro/BA, não é diferente. A referida localidade fica situada a aproximadamente 33 quilômetros da cidade, onde moram em média 300 pessoas, que vivem essencialmente da agricultura e do trabalho na empresa Agroindústria do Vale do São Francisco (AGROVALE).

A localidade possui a Creche Municipal de Educação Infantil Arcênio José da Silva, que funciona de forma multisseriada, até a Pré- Escola, em uma casa alugada, atendendo também crianças da circunvizinhança. Porém, é oferecida somente uma parte da Educação Básica, nesse caso, para a continuidade do ensino, se faz necessário o deslocamento para outros lugares.

Cada pedaço de terra na comunidade tem um registro parental, as primeiras famílias que se dividiram entre currais para separar o seu gado, foram cercando as terras próximas e mais à frente carimbando sua legitimidade nos processos da lei. Vale ressaltar, que ‘antigamente’, nos modos de dizer, ou seja, na fundação dos povoados, a comunidade era muito pequena e o seu maior meio de sobrevivência era a venda de leite de vaca e os seus derivados, como o famoso requeijão e o queijo coalho, relacionados às comunidades.

Em relação à Educação formal àquela época, era algo considerado e entendido como muito distante e de difícil acesso, pois para poderem estudar precisavam se deslocar para o distrito de Carnaíba do Sertão de bicicleta ou ir morar na cidade na casa de algum parente, como era de costume. Assim, no meio de tantas barreiras, poucos, quase raros, são os alfabetizados daquela época.

Com o passar do tempo, alguns moradores da localidade foram percebendo que aquelas terras eram férteis, e que a agricultura poderia mudar financeiramente para melhor, a condição de vida que levavam. Então, todos os dias, como relatam em suas histórias, dedicaram-se por um determinado tempo para a concretização dessa ideia, desmataram toda a terra e fizeram lotes, demarcados por cercas de madeiras e arames. Entretanto, morreram sem ver os frutos dos seus trabalhos, pode se afirmar que não imaginariam como suas tentativas e persistências fizeram desse lugar semiárido “grande” diante das suas estruturas.

Depois de algum tempo, esse projeto contemplou os moradores da comunidade que se interessaram, com o objetivo de entrarem no ramo da agricultura, de forma 'igualitária', pois os lotes foram divididos para algumas famílias da comunidade, nenhum lote poderia ser vendido, pois eles pertencem à Associação, assim, caso a pessoa que foi contemplada não queira plantar, ela pode temporariamente arrendar para interessados, porém o arrendamento não é dentro das normas legais, como um contrato, é algo mais de acordo com as regras da comunidade, no qual é pago uma taxa de acordo com uma decisão consensual na terra que será ocupada.

A maioria das roças é composta por frutas simples, por serem de baixo custo e produção duradoura. Com isso, sabemos que alguns empregos informais são gerados, inclusive, para os filhos dos próprios produtores que, muitas vezes, não estudam para se dedicar exclusivamente ao que podemos chamar de agricultura familiar, que segundo Abramovay,

[...] é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar estão presentes em todas elas). (1997, p.3).

O universo da agricultura familiar é muito heterogêneo no Brasil, mas apesar da sua estrutura organizacional, de dificuldades em financiamento ou outros quesitos, são de extrema importância para a economia do país. Além disso, as conquistas desses povos não param por aqui, com grandes esforços os moradores conseguiram água doce, vinda de <sup>1</sup>*Caraíba Metais-Distrito de Pilar/ Jaguarari- BA* para o próprio consumo e, mais tarde, para o plantio. Ademais, toda organização de cobrança de taxa de água é feita mensalmente pela Sede da Associação de Moradores. Atualmente, todas as casas pagam uma taxa de 20 reais pelo consumo hídrico, exceto os que possuem menos condições financeiras, esses, ficam isentos do custo.

Na coletividade, pensando na realização de um objetivo comum a todos é feita a escolha do presidente, coordenadores e tesoureiros para a associação. A formação do grupo é realizada de forma igualitária e voluntária, exceto para o líder que é feita uma votação com os que desejam concorrer. Assim, abordam as questões relevantes ao abastecimento das águas

---

<sup>1</sup> Adutora da mineração Caraíba, responsável pelo abastecimento de água em algumas comunidades da Bahia.

para roças, fazendo um rodízio diário para que todos possam fazer sua irrigação, ademais, questões relativas à educação, como transportes escolares, também viram pauta de reuniões, onde buscam reivindicarem para gozarem dos seus direitos, cobrando aos governantes da região por soluções.

Um ponto que merece destaque é a Educação proposta nesse lugar, depois de muitos anos indo para o Distrito de bicicleta para estudarem, a própria comunidade já cansada dessa situação, começou a criar seu próprio espaço escolar, sobre o qual temos de recordação da primeira “escola”, construída em um local totalmente inapropriado, funcionando em um pequeno quarto dentro de uma casa, com a ausência de recursos específicos e adequados aos ensinos, com uma professora leiga sem a formação inicial em Magistério e sem nenhum aparato público. Ficando notório logo a partir dos primeiros registros, de que, historicamente, nós camponeses tivemos os nossos direitos negligenciados por décadas.

Infelizmente, por diversos fatores, entre eles, a falta de estrutura e incentivos, poucos, foram os moradores da comunidade alfabetizados. É extremamente triste a falta de respeito que existiu com essa parte da população, que tiveram os seus direitos usurpados. Pode parecer muito simples a capacidade de ser letrado para quem teve essa oportunidade com qualidade ainda na Educação Básica, mas para quem teve esse direito retirado, aprender na fase da adolescência ou adulta, é muito maior a dificuldade, pois o tempo disponibilizado ao ensino tende a ser menor, ademais, é desafiador lidar com o cansaço para conciliar com o trabalho e o estudo.

Entretanto, o ensino dentro da comunidade passou por vários percursos, enfrentando vários obstáculos, passando por outros espaços de estudos, semelhantes, porém, em outras casas. Além disso, o local estava sempre oscilando, sempre com classes multisseriadas, uma escola já chegou a existir em um espaço reservado para a Igreja. E nesse “vai e vem”, a comunidade ainda recebeu uma proposta política para a concretização de uma Escola, entretanto, diante da falta de informações mais precisas e de conhecimentos, alguns moradores não aceitaram a sua realização, pois iam de encontro com o ensino multisseriado e preferiram conseguir transportes escolares para transportar os alunos para o Distrito de Carnaíba do Sertão, pois viam como uma proposta melhor e ensino mais adequado.

Assim, na comunidade, passou a ter somente creche e pré-escola em casas alugadas, com o ensino multisseriado, espaço precário, sem nenhum acesso inclusivo, com cadeiras quebradas, piso de cimento, carente de estrutura física, material e profissional. Mas, ao retomar as lembranças, encontramos um sentimento prazeroso e saudoso em relação ao ato de

estudar e interagir com outras crianças, superando até o descaso em que vivíamos. Apesar, de toda ausência de materiais e tecnologias, a professora sabia como conduzir aquela sala multisseriada, não dá para lembrar com muita propriedade sobre o ensino e a didática, mas a mesma trabalhava com pequenos versos de parlendas, que eram escritos em um quadro negro para todos lerem juntos em voz alta, como um conjunto vocal.

Além disso, a professora se esforçava dentro do possível com o que sua formação oferecia, pois possuía apenas a oitava série, na qual conseguiu por meio do Programa Edurural<sup>2</sup>, depois de um tempo conseguiu fazer o magistério semipresencial, assim, com empenho à docência, buscava desenvolver atividades que promovessem o desempenho na leitura, escrita e operações básicas de matemática, essa era a aprendizagem tida como essencial. Não éramos instigados a ter criticidade diante da sociedade, tal ausência era tão comum, que nossos pais, não costumavam reclamar ou argumentar, eram conformados com essa educação, sendo gratos pelos(as) filhos(as) estarem tendo oportunidades, que historicamente lhes foram negadas.

Já por volta do ano de 2001, a comunidade foi privilegiada com um novo espaço de creche integral em uma casa alugada, onde foi feita uma reforma, tornando-se um espaço com infraestrutura mais apropriada, que contava com banheiros, salas, cozinha, pequena área de lazer e pela primeira vez tinha merenda escolar e o fardamento todo gratuito. Além disso, alguns eventos literários e passeios em parques aquáticos foram realizados e pensados para as crianças. Esse, sem dúvidas, foi um marco histórico conquistado, depois de tanto tempo sofrendo na busca incessante pelo ensino, nos recordamos de forma muito saudosa e contente, os anos que estudamos na Creche FACJU<sup>3</sup>, sendo gratificante estudar perto de casa.

De fato, essa vitória ainda poderia ter sido melhor, se fosse de longo prazo, pois passado alguns anos, a casa foi ocupada pelos donos e a creche precisou ser transferida para outro local alugado, dessa vez, um espaço bem menor e com uma estrutura inferior, recebendo também outro nome e uma nova equipe de gestão. Tendo em vista que a mesma permanece

---

<sup>2</sup> Criado pelo Decreto Presidencial nº 85.287, de 23 de Outubro de 1980, o Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste – EDURURAL-NE visava dar cumprimento aos compromissos constantes do Contrato MEC/BIRD nº 1867/BR/1980, celebrado em 18 de julho de 1980 entre o Governo da União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), sendo instituído no Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de ampliar as oportunidades educacionais e a melhoria das condições da educação no meio rural do Nordeste, bem como o fortalecimento do processo de planejamento e administração educacionais.

<sup>3</sup> Fundação Assistencial e Comunitária de Juazeiro, entidade que era responsável no Âmbito da Prefeitura Municipal de Juazeiro, pela garantia das ações de assistência social, entre elas, a oferta da Educação Infantil em creches.

atuando até o ano de hoje na comunidade, com uma professora pedagoga da própria localidade.

É importante, ressaltarmos que as escolas do campo existem atualmente a partir de uma concepção de política educacional diferenciada, com uma identidade própria. Podemos afirmar que o marco regulatório da Educação no Campo teve sua formulação a partir do ano de 2002, tendo como base as proposições da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (ART. 2º. PARÁGRAFO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CNE/CEB 1 DE ABRIL DE 2002).

Conforme salienta Maranhão (2007, p. 121) “[...] o que para nós pode ser algo sem importância, no imaginário de uma criança pode ser a ponte de que ela necessita para entender o mundo que a cerca”. Diante disso, vimos à importância de se trabalhar a realidade e questionarmos na própria escola tais situações.

Similar ao percurso histórico acima descrito, na comunidade de Lajes não foi diferente, o nosso tataravô, Sr. José Custodio Filho, que veio construir sua casa e sua família com Georgina Nunes da Silva, no ano de 1956, vivia de criatório de cabras, ovelhas, pois não tinha irrigação, e, portanto, não tinha como plantar. A agricultura veio chegar à localidade depois de longos anos (informação verbal<sup>4</sup>). A maioria das localidades no interior são formadas por grandes famílias, os primeiros moradores vão se instalando e marcando suas histórias na comunidade.

A comunidade foi aumentando com o crescimento das famílias que foram chegando ao local, atualmente possui aproximadamente 200 pessoas, onde todos se conhecem e, em sua maioria, são parentes. O povoado tem acesso à água através da Caraíba<sup>5</sup>, que utilizam para plantar, bem como para consumo próprio.

No ano de 1983, uma moradora da comunidade, (que inclusive, também foi nossa professora quando estudávamos já na escola nucleada) começou a dar aula em sua casa, com a sua formação também pelo Edurural, para os residentes da comunidade em uma turma

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida por José Raimundo, 2021.

<sup>5</sup> Nome da empresa que fornece água para a comunidade.

multisseriada de 1ª a 4ª série, recebia livro, caderno, lápis, como suporte, e também o quadro de giz. Em 1995, construíram o prédio escolar (que hoje serve de apoio para atividades da igreja que fica ao lado) conhecido na comunidade como Escola Municipal Georgina Nunes da Silva, entretanto, na secretaria é intitulada Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, onde continuou com o ensino multisseriado (informações verbais)<sup>6</sup>.

No ano de 1998 houve um concurso e assim chegou outra professora para o local, também nessa época começou a ter transporte escolar para o Ensino Fundamental e Médio. No ano de 2001, com o processo de nucleação, fecharam a escola da comunidade e os alunos tiveram que se deslocar para outra comunidade – Carneiros - onde a primeira professora de Lajes passou a lecionar, tendo a sua formação complementada com o programa Pró-formação<sup>7</sup>. O deslocamento ocorria em carros abertos, automóveis dos próprios moradores da comunidade, que eram pagos pela prefeitura. Mais tarde, o acesso ao ensino passou a ser realizado pelos ônibus escolares que apresentavam má qualidade, acarretando prejuízos nas vidas das crianças e jovens.

E assim, a instituição em questão entra como mais uma na lista de escolas do campo fechadas, como consequência da falta de investimento das autoridades responsáveis. Desprezando a educação do/no campo, bem como os conhecimentos e momentos que ela proporcionaria.

Sabe-se que, são tomados como base, alguns pilares para medir o Produto Interno Bruto (PIB) de um país e, a educação é um desses, com isso, o investimento no ensino gera resultados, que promovida com qualidade movimenta a economia, gerando mais qualidade de vida, bem como acesso a outros segmentos da sociedade e de escolarização, o que ampliaria inclusive, o reconhecimento das comunidades sobre seus direitos constitucionais e cidadãos. Ainda assim, enfrentamos continuamente muitos problemas, apesar, do número de pessoas que vem frequentando a escola está crescendo veementemente, ainda há muito que melhorar. O objetivo aqui é chamar a atenção para as barreiras travadas diariamente para ter acesso à educação e ao ensino nos diversos segmentos no campo.

O campo é um bom local de se viver, muitas pessoas, que moram nesse lugar falam do orgulho e pertencimento pela terra. Dar oportunidade a esses povos e comunidades de permanecer ao seu local de escolha e origem com qualidade, deveria ser uma prioridade de estado.

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida por Margarida, ex professora da comunidade, 2021.

<sup>7</sup> História conhecida através da professora da comunidade.

## 2.2 RELATÓRIO DO DOCUMENTÁRIO

O nosso documentário tem a função de contar histórias com o ponto de vista dos envolvidos, eles são os próprios narradores, colocando em questão o caso dos transportes escolares e da escola do campo, demonstrando aspectos que merecem visibilidade. Gerar artifícios que envolvam o telespectador com a produção, é um aspecto muito importante, isso já surge na escrita do próprio roteiro, com uma direção já pensada de onde se quer chegar.

Assim, passou por seis etapas essenciais: 1) pesquisa; 2) planejamento; 3) roteiro; 4) filmagem; 5) som; 6) edição. Nesse processo, a pesquisa é o elemento chave para a produção do produto desenvolvido, ela é a parte inicial e responsável pelos elementos constituintes do percurso. Assim, depois dos estudos, leituras e embasamentos teóricos, a pesquisa e o documentário, foram pensados para desenvolver vivências semelhantes de alunos que vivenciaram/vivenciam a educação do campo e dependem do transporte para chegarem até a escola. Depois da ideia estabelecida, fomos estudar as características de um documentário, como se elabora um roteiro, para isso, assistimos vídeos disponibilizados na internet do canal do youtube “É nois Laboratório de Jornalismo”<sup>8</sup> e foi por meio de suas informações e dicas que fomos criando o nosso roteiro. Tendo como referência o documentário “Nunca me sonharam”<sup>9</sup> que reflete sobre o valor da educação, mostrando as perspectivas dos jovens no Brasil.

### Planejamento

- Foi o primeiro passo depois dos dados da pesquisa. Nesse momento analisamos como conseguiríamos os recursos para desenvolver o trabalho, organizando os aspectos mais burocráticos, minuciosamente, selecionamos os colaboradores voluntários, sujeitos dos lócus de pesquisa, com narrativas que viessem somar no produto. Ademais, seguimos o protocolo de ética e realizamos o Termo Livre de Consentimento (TLC), em que autorizaram o uso da imagem e áudio.

### Roteiro

<sup>8</sup> <https://youtu.be/lafP3i00UBk>

<sup>9</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=AoiJuH\\_75Y0](https://www.youtube.com/watch?v=AoiJuH_75Y0)

- Dando continuidade, fomos para a etapa do roteiro, um elemento que requer muita criatividade e uma análise cuidadosa das etapas anteriores, para isso usamos a flexibilidade, o que foi essencial para lidarmos com as situações desse período pandêmico. Dessa forma, tivemos dois roteiros, com perguntas específicas e também comuns para cada colaborador. Inicialmente havíamos planejado doze entrevistas, porém, duas pessoas tiveram imprevistos e não conseguiram gravar. Para complementar convidamos outras duas pessoas para ocupar essa lacuna.
- A primeira proposta de roteiro contava com filmagens presenciais; a segunda, com entrevistas pela plataforma *teams*, entretanto ao realizar a primeira, não deu certo, a imagem ficou ruim, por conta da oscilação de internet. Assim, por meio de mudanças e medidas protetivas optamos por vídeos caseiros feito por cada voluntariado, aumentando o número de questões para que conseguissem suprir o diálogo que iria existir no formato anterior. Depois de fazermos o roteiro, iniciamos o que havíamos organizado, enviando via *WhatsApp* todas as perguntas no dia 19 de abril, juntamente com os TLC's, com um prazo de uma semana para recebermos as devolutivas. Para complementar as falas, nos incluímos como pesquisadoras, realizando vídeos, fomentando as discussões e as histórias relatadas.

## Filmagem

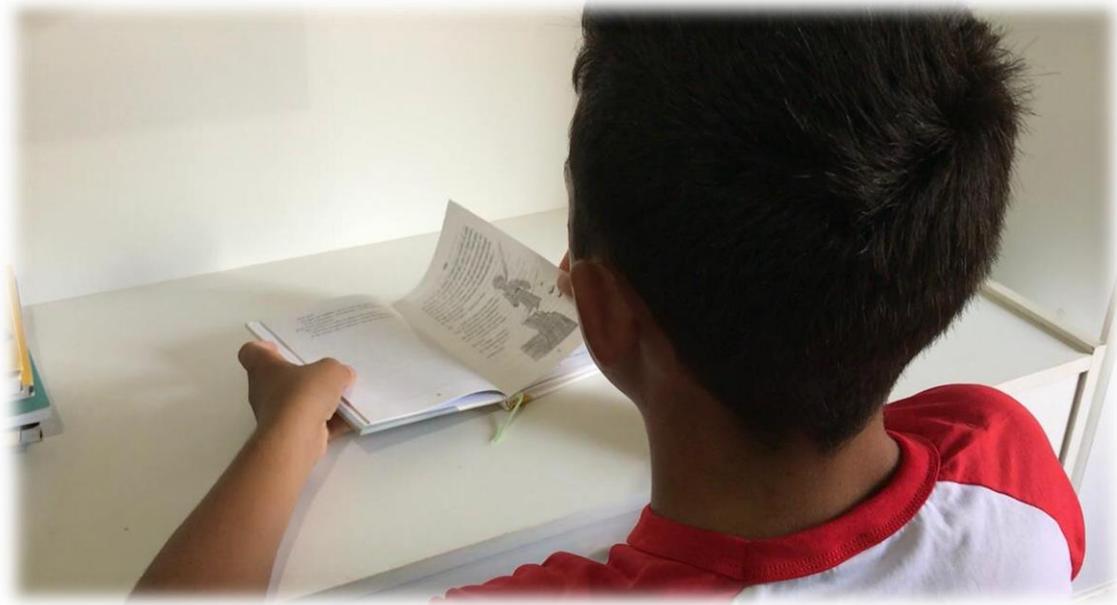
- O momento da filmagem foi feito, com todo cuidado usando máscara, álcool 70 e distanciamento, (para os que solicitaram que realizássemos as entrevistas presenciais por dificuldades em gravar seus próprios vídeos) fazendo o uso da câmera da Universidade, tripé e celular pessoal, fizemos registros importantes de imagens nas comunidades e também nossas gravações, como participantes do documentário. Além disso, prestamos ajuda aos entrevistados que necessitaram de assistência e auxílio para realização das gravações.
- Em relação ao som, as gravações que aconteceram ao ar livre precisaram em alguns momentos serem pausadas e regravadas devido ao ruído do ambiente. Ademais, as pessoas que fizeram seus próprios vídeos nos relataram dificuldades por conta do barulho dos familiares.

## Edição

- Partindo para a edição, foi o momento crucial para a estruturação final da ideia pretendida, com todos os dados em mãos, estudamos por meio de diferentes vídeos no *YouTube*, dicas de aplicativos e como manuseá-los, assim, escolhemos um aplicativo de fácil manuseio, o *windows movie maker*. Além disso, tivemos ajuda através de uma aula pela plataforma *TEAMS* com a professora Suellér Costa e a nossa orientadora, nos passando algumas orientações de edições, para iniciarmos o vídeo mostrando um pouco do percurso escolar para enfatizar a trajetória. Dessa forma, foi feita uma seleção das partes que fizeram parte do documentário, com recortes necessários para o aprimoramento do mesmo, seguindo o roteiro e suas modificações, organizamos o audiovisual, fazendo os reparos de luzes, cor, ruídos.
- O processo de edição durou três semanas, foi bastante trabalhoso colocar tudo da forma que queríamos, ficávamos fazendo modificações a todo tempo, fazendo recortes de falas, inserindo imagens, para que as ideias ficassem concisas.
- Depois de analisarmos o produto midiático finalizado, pensamos que essas narrativas fazem parte de processos educacionais no campo, com relatos e discussões que devem ser debatidas em sala de aula, para um conhecimento mais amplo sobre as políticas públicas que emergem sobre o campo, as questões de desigualdade social nas entrelinhas, compreendendo as vivências dos camponeses que enfrentam barreiras econômicas, pessoais, públicas, sociais e educacionais para terem acesso ao ensino.
- A apresentação desse produto audiovisual pode ser utilizado como um recurso interativo de aprendizagem que busca dialogar com realidades semelhantes, instigando o seu público a refletir as situações apresentadas, levantando pautas importantes e que merecem serem reconhecidas perante a sociedade. Além disso, chamando atenção das pessoas, ajudando na formação de sujeitos críticos que possam cobrar do poder público soluções estratégicas para fazer valer o direito da educação para todas(os), de forma responsável e comprometida.

### CAPÍTULO III

Figura 3 - Estudante



Fonte: autoria própria

“Conhecimento e vida. Conhecimento e informação para quê? Para fazer crescer a vida. E o conhecimento é um poder. Mas um poder que sirva para quê? Que sirva à capacidade de fazer com que a vida se eleve.”

(Mario Sérgio Cortella)

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PESQUISA E PRODUTO MIDIÁTICO

Como sabemos, o campo possui poucas escolas em contraposição ao meio urbano, fato este que é apontado segundo dados, como do Fórum Nacional de Educação do Campo, que é uma articulação que reúne movimentos populares, estudantes, docentes e instituições de ensino, que vem levantando questões sobre o contínuo fechamento de escolas rurais. Com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) sobre o número de estabelecimentos de ensino na Educação Básica que foram fechadas, quase 80 mil escolas no campo brasileiro entre 1997 e 2018, somando quase 4 mil escolas fechadas por ano. Os dados foram levantados pelos professores Paulo Alentejano e Tássia Cordeiro, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)<sup>10</sup> Devido a essa problemática, Taffarel e Munarim (2015, p. 45) afirmam que "O fechamento de escolas do campo vem sendo denunciado como um crime contra a nação brasileira."

A gravidade destes números, por si só, aponta para o absurdo de continuar fechando escolas no campo, que infelizmente, se transformou em prática generalizada em todo país. Somente em três estados – Roraima, Amapá e Mato Grosso do Sul – abriram mais escolas no campo que fecharam ao longo destes anos. O problema é especialmente mais grave no Nordeste, onde foram fechadas mais de 40 mil escolas, mais da metade do total de escolas fechadas no campo do país, sendo que a Bahia foi o estado que mais fechou escolas no campo no período, com 12.815 mil escolas fechadas. (MST, 2019).

Contra isso, colocamo-nos com veemência sobre esses dados alarmantes que desrespeitam as pessoas e comunidades do campo, eliminado ou limitando o seu direito pleno à educação, sendo necessário repensar as políticas públicas, que ao invés de investirem na ampliação de um ensino que garanta a permanência dos discentes com êxito, elevando a escolarização, terminam por fechar as portas das escolas, contribuindo assim, para uma sociedade cada vez mais desigual e excludente.

As possíveis causas para o alto índice de fechamentos de escolas rurais nas últimas décadas são as políticas educacionais que não incentivam a interrupção dessa descontinuidade, do processo de nucleação de escolas, falta de qualificação das(os)

---

<sup>10</sup> ALENTEJANO, Paulo; CORDEIRO, Tássia. Artigo/80 mil escolas no campo brasileiro foram fechadas em 21 anos. Brasil de fato. São Paulo(SP), 29 de nov de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/29/artigo-or-80-mil-escolas-no-campo-brasileiro-foram-fechadas-em-21-anos> . Acesso em: 25 jul. 2020.

professoras(es) com uma metodologia específica e contextualizada, com estruturas físicas adequadas, além da grande evasão escolar que acontece em decorrência das muitas dificuldades que os estudantes encontram na busca pelo ensino. Sendo assim, o ato de repensar a educação deve ser mediado pelos interesses dos grupos a quem ele destina, especialmente por aqueles interesses expressos através dos movimentos sociais, posto ser esta a instância de compreensão e reelaboração do saber nas relações sociais dos atores envolvidos. (CALDART, 1999)

Para entender mais detalhadamente a problemática aqui discutida, trouxemos algumas narrativas reais que elencam as mudanças positivas e negativas, em relação ao tempo de evolução dos acontecimentos educacionais, são pessoas que vivenciaram/vivenciam a realidade aqui abordada, mostrando suas trajetórias, promovendo riqueza ao produto midiático escolhido: o documentário.

Documentar através de uma câmera situações cotidianas da vida real é uma atividade que exige um planejamento cauteloso, bastante minucioso que nos exigiu atenção e uma diversidade de conhecimentos a respeito dessa possibilidade de construção midiática. Nesse sentido, foi necessário uma compreensão da essência do que é um documentário, conhecer alguns termos, e, em nosso caso, como elaborar um roteiro e conhecer o processo de edição, pois como é um trabalho de conclusão de curso, a experimentação de tentarmos editar se tornou um critério significativo.

Trazer o tema da educação do campo e o transporte escolar para discussão nos pareceu muito pertinente, visto que somos parte dessa história, vivendo muitos anos sem o conhecimento das leis que asseguram esse tema, pois o acesso à informação era limitado e não havia discussões no tempo escolar em que estudávamos, por isso não questionávamos tais situações.

Para chegar até a escola existe a necessidade de um transporte escolar que tenha plenas condições de cumprir o(s) percurso(s). Porém, não é assim que acontece. A fiscalização dos transportes deixa a desejar, os ônibus se encontram em péssimas condições, o que não deveria acontecer já que está previsto pelo artigo 136 do código de Trânsito de Brasileiro – Lei 9.503/97, em seu inciso II, que os transportes escolares devem contar inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios de segurança, bem como, uma padronização necessária prevista no inciso III que determina: pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de

carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas, porém, as condições materiais e de manutenção em que se encontram os transportes são alarmante, ônibus com cadeiras quebradas, desconfortáveis e insuficientes para a quantidade de alunos, contribuindo com o descaso, as estradas não são asfaltadas e bem precárias, acaba por também danificar os transportes que já não são bons.

Diante de tantas adversidades, sabemos que o desenvolvimento escolar e a capacidade de aprender estão interligados com o contexto social, assim, quando o mesmo for conturbado, poderá causar danos à aprendizagem. Por isso, necessita de políticas públicas que sejam realizadas efetivamente no campo e mudem as estatísticas. Como afirma Lima (2016), são inúmeros os movimentos e organizações sociais que tem investido na luta para fazer valer os reconhecimentos dos povos do campo como sujeitos de direitos, para que superem as situações de desigualdades que enfrentam e alcancem o direito à educação de qualidade, desde a infância. Todos esses empecilhos vão de encontro ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), já que este prevê o “[...] acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência” (inciso V, art.53). Dessa forma, longas viagens em ônibus não parecem respeitar a legislação vigente, pois, além de cansativas, as idas e vindas elevam o risco de acidentes.

De acordo com o Art. 205 da Constituição Federal de 1988:

“[...] a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988)

As políticas para a educação no campo precisam serem efetivadas, com melhor qualificação para atender o que está previsto na Constituição, refletindo de que a educação é um direito de todo ser humano, assim não é admissível deixar desamparada a população rural.

Outro ponto relevante foi com o projeto Caminho da Escola no ano de 2007, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, onde os ônibus novos, financiados por intermédio do MEC começavam a chegar às zonas rurais e as melhorias do transporte foram acontecendo, com a renovação da frota de veículos escolares, para garantir a segurança, e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais, que se constituiu como um sopro de esperança. Porém,

apenas um ônibus dessa frota foi transferido para as comunidades, nesse caso, o problema não foi resolvido, apenas melhorado.

Por isso, o documentário traz em seu conteúdo, falas reflexivas em que o ritmo vai sendo ditado pela história e narrativa das(os) colaboradoras(es) e a câmera tem seu tempo/espço bem definidos (LUCENA, 2016). Como participantes do campo educacional, nos sentimos provocadas a tomar posições e defender essa parte da sociedade excluída. Um dos objetivos maiores é chamar a atenção do público circunstante e sociedade e, geral, para servir de referência/aprendizado para novas pautas.

A educação se constitui para uma emancipação do ser, dando, teoricamente a todos, perspectivas de vidas melhores, por isso, trouxemos no documentário, abordagens totalmente direcionadas sobre os modos e formatos como as pessoas enxergam a educação, pois é importante ouvir os conceitos, reafirmando os ideais, de uma prática libertadora que promova a criatividade e autonomia intelectual, visando à transformação das realidades, compreendendo as intenções e momentos dos sujeitos em prol dos interesses, que nem sempre incluem a todos, refutando assim, a ideia de neutralidade, que não existe.

A Escola como um espaço de propagação de conhecimento e elemento chave para a libertação precisa usar o seu espaço para sair dos muros e buscar transformar realidades, almejando uma sociedade baseada na equidade, justiça, igualdade e respeito mútuo. Por esse motivo, que reivindicamos tanto o seu acesso para os sujeitos, por entendermos que ela pode transformar vidas e vencer barreiras impostas pelos opressores.

Se na imersão era puramente espectador do processo, na emersão descruza os braços e renuncia à expectativa e exige a ingerência. Já não se satisfaz em assistir. Quer participar. A sua participação [...] ameaça as elites detentoras de privilégios. (FREIRE, 1967, p. 54).

Corroborando com as palavras de Freire, é esse otimismo crítico que esperamos que a educação possa formar em nosso povo, sujeitos ativos na sociedade. Assim, a educação passa a ter uma renovação constante e não apenas uma transferência de informações. Desse modo, é preciso que seja proporcionada uma educação pensada para os sujeitos da zona rural, em que os órgãos competentes, não apenas, melhorem a situação com propostas paliativas e temporais, mas que se organizem junto à população do campo, para atender suas exigências e necessidades.

Nesse contexto, a educação pública é vista pelos sujeitos mais críticos como uma possibilidade de mobilidade social para a classe das minorias, encerrando ciclos de hierarquias. O Brasil precisa investir na Educação com mais eficiência, atenção e compromisso, assim de maneira significativa, criar meios para que os estudantes possam mudar sua realidade, por essa razão, a importância de realizarmos o documentário para que possamos ouvir e promover a difusão, dar voz a esse público mais desfavorecido, para que suas dificuldades sejam explanadas e reconhecidas como uma reponsabilidade do poder público de abrir janelas ao invés de fechá-las.

## CAPÍTULO IV

Figura 4 - Escola fechada na comunidade Laginha



Fonte: autoria própria

Figura 5 - Escola da fechada da comunidade Lajes



Fonte: autoria própria

Figura 6 - Escola receptora



Fonte: autoria própria

#### 4. ESCOLA DO CAMPO

O termo educação do campo passou a ser utilizado a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília no ano de 2002 (CALDART, 2012) e vem trazendo questões a respeito da sua significação até hoje. Ainda existe certo desconhecimento de diversas questões sobre o tema por muitos sujeitos, inclusive, pelos que no campo vivem. Dentro desse contexto, temos a escola do campo que também não tem a devida visibilidade e que ainda são travadas muitas lutas para reconhecimento desses espaços. Segundo Gonh(2005) é desse protagonismo da sociedade civil (dos movimentos sociais do campo organizados) que surgem as demandas de reivindicação acolhidas pela sociedade política (Estado).

A escola no meio rural é vista por muitos alunos e professores apenas como uma extensão da urbana, e com isso o ensino tende a ser descontextualizado, não considerando a realidade dos alunos do campo. A respeito da educação do campo:

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (KOLLING, CERIOLI e CALDART 2002, p. 19)

Ter conhecimento sobre a escola do campo e suas especificidades é de suma importância para o profissional que está nesse espaço, até mesmo para lidar com os alunos envolvidos, o que não é uma tarefa fácil devido ao fato das imposições quanto ao currículo escolar, realizado de forma universal, igualmente para a escola do campo e para urbana, mas não é fixo, podendo ser flexível. Cabe à escola buscar um ensino que não fique focado só nas aprendizagens globais, mas também na local e regional, ampliando os conhecimentos, superando as fragmentações de conteúdos e explorando a contextualização. Para Silva,

A contextualização é um processo facilitador da compreensão do sentido das coisas, dos fenômenos e da vida, enfatizando informações que o estudante tem e, encorajando a busca de novas informações a partir dessas. Enfim, contextualizar implica problematizar o objeto em estudo a partir dos conteúdos, dos componentes curriculares, fazendo a vinculação com a realidade, situando-os no contexto e retornando com um novo olhar. (2011, p. 24).

Além disso, é preciso construir uma relação aproximada e de inter-relações entre os diferentes componentes curriculares para que os temas possam ser inseridos no contexto da educação de forma a contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ética. Assim, de acordo com a apresentação dos Temas Contemporâneos Transversais (2019,

p.5) “[...] a educação escolar tem responsabilidade de transformar a realidade, trabalhando além dos conteúdos considerados clássicos, também aqueles que tenham uma finalidade crítica social”.

Sabemos que as responsabilidades cometidas aos profissionais de educação são muitas e as cobranças realizadas em cima disso, visto que os professores têm prazos para concluírem conteúdos e “dar resultados”, e por vezes acabam não considerando a qualidade destes, mas sim a quantidade, ou seja, os números, as notas. Muitos são os pontos que passam despercebidos nessa avaliação quantitativa, e não é o que se busca aqui. Estamos o tempo todo debatendo sobre os direitos dos sujeitos do campo e defendendo que o ensino seja de qualidade, promovendo uma formação cidadã e crítica, e assim, possa compreender e construir a criticidade e indagação como princípios basilares da própria educação, para que possam conhecer o que lhes é de direito.

Os alunos do campo nem sempre têm como chegar até a escola, pois o direito da escola próxima à sua residência, como é descrito pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nem sempre é cumprido. Com isso, os alunos precisam de transportes para chegar até esses locais, e em tempo de chuva, muitas vezes os ônibus não conseguem realizar o percurso escolar devido às más condições das estradas, e os alunos acabam se prejudicando.

Muitas escolas do campo são fechadas por vários motivos, como as falhas de políticas públicas, o ensino nesses locais fica muitas vezes precarizado pelo fato de que muitos professores não querem ou não têm como ir da aula, uma vez que não se investe muito nessas escolas.

A visão da escola do campo é muito estereotipada, resultado de um contexto histórico que difundiu a ideia de que o progresso só se encontra na zona urbana. Caldart (2012) destaca a educação do campo precisa ser um processo no qual os sujeitos percebam seu local como um espaço que podem ter uma educação de qualidade, cuidar da terra, com a própria identidade cultural. Ou seja, demonstrando que a vida no campo tem suas possibilidades e que a existência de escolas nesses locais é de suma importância para as comunidades que ali vivem.

#### **4.1 CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A escola precisa ser pensada e organizada de acordo com as necessidades das comunidades e os seus interesses. A Educação do Campo é essencial, assim, como a

Educação Urbana, mas cada uma possui suas características. Apesar disso, no Campo podemos ver que a realidade do ensino não é essa, além de estar voltada aos conteúdos urbanos, a maioria das escolas rurais estão relegadas ao abandono.

Vivemos em uma desigualdade estrutural, que amedronta, acomoda e desrespeita seus sujeitos, mas temos que ir de encontro, não aceitando um ensino feito de qualquer forma, devemos exigir qualidade na/da Educação Pública, pois o seu papel é ser ofertada para todos de forma significativa, reconhecendo e reafirmando os interesses locais do seu público, que seja íntegra e trabalhe os saberes sociais, investindo e promovendo a emancipação.

Nessa perspectiva, temos a Educação Contextualizada que visa proporcionar uma maior relação entre conhecimentos escolares e os conhecimentos dos educandos, valorizando o saber para gerar novos aprendizados, e, é essa a Educação do Campo que pode e faz a diferença quando realizada com compromisso, uma prática educativa embasada a partir da realidade e contexto do sujeito.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres ‘vazios’ a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como ‘corpos conscientes’ e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdo, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE 1987, p.77).

Assim, buscamos uma Educação que seja pensada para o crescimento do sujeito, que enxergue o seu potencial, suas ideias, seus pensamentos e suas histórias, construções e entendimentos, existindo uma troca mútua de conhecimentos, não sendo um amontoado de conteúdos dispersos, mas considerando o meio social, econômico e cultural, na intenção de fazer um futuro coletivo melhor.

#### **4.2 ESCOLA MULTISSERIADA FECHADA DA COMUNIDADE DE LAGINHA, TENDO COMO CONSEQUÊNCIA ALUNOS TRANSPORTADOS**

A comunidade teve uma escola multisseriada que contava com uma educadora da própria localidade que iniciou seu trabalho como professora leiga e lecionava na sua própria casa, “*sempre gostou de estudar*” e os moradores ao verem seu empenho pediram a ela para que pudesse alfabetizá-los. No começo, seu salário era pago por um candidato a prefeito do município de Juazeiro (BA), chamado Arnaldo Vieira. Depois disso, surgiu a política pública

do programa Edu Rural, onde a mesma dividia o seu tempo entre os estudos para concluir o Ensino Fundamental II e as aulas que prestava ao público, logo depois, com mais avanços na área da Educação, a mesma ingressou no magistério.

A escola dessa época contava com o ensino multisseriado, que infelizmente se tem uma ideia de educação inferior e negativa por muitas pessoas, com inúmeros preconceitos, fadando essa abordagem e metodologia ao fracasso, como afirma Lima e Teixeira (2015, p. 22):

A escola isolada, classe unidocente, multisseriação, esses e outros aqui não apresentados são denominações utilizadas para designar a organização de escolas ou salas em que se agrupem várias crianças de séries, idades, níveis de aprendizagem ao mesmo tempo, prevalecendo na história educacional brasileira invisível aos olhos da sociedade.

Partindo dessa invisibilidade destacada acima, a escola não possuía aparatos básicos didáticos, não usufruindo também de nenhuma formação pedagógica inicial e continuada voltada para um ensino multisseriado. Assim, compreendemos que o problema maior da multisseriação é a falta de investimentos. A professora contava que com uma sala de aproximadamente 40 alunos, desenvolvia suas aulas com livros que ganhava do programa que estava frequentando, entretanto, a mesma esclarece em entrevista, que não era fácil lidar com as heterogeneidades e dificuldades adversas, “[...] pegar um aluno que não sabia fazer nenhuma letrinha, sabia pegar num lápis, sabia, mas do jeito dele e como tinham mais dificuldades demoravam a sair da escola, porque não podia passar aluno desse jeito, as diferenças eram muitas”. (informação verbal<sup>11</sup>). Porém, enfatizando de que as características das classes multisseriadas são desafiadoras, mas se tivesse a oportunidade de ter materiais e uma formação adequada, conseguiria desenvolver melhor as atividades para uma aprendizagem significativa.

A realidade das classes multisseriadas seria diferente. Como afirma Hage e Reis (2018, p. 81), se fosse “[...] superada a situação de abandono e descaso do poder público com relação às escolas rurais”. Dessa forma, compreendemos que o maior problema das classes multisseriadas, encontra-se não em seu formato, mas em sua invisibilidade pelo poder público em não investir em qualidade.

---

<sup>11</sup> Entrevista fornecida por Maria Nilza, 2019.

O fechamento da escola multisseriada na comunidade foi defendido por uma parte dos próprios moradores da localidade, pois usavam dos mais diversos termos pejorativos para enfatizar que tinham um ensino “*inferiorizado, fraco e de péssima qualidade*”. Segundo Censo (2019), o campo teve queda de 145.233 alunos, e as organizações sociais denunciam o fim de instituições e uma política que desestrutura e retira direitos sociais.

Apesar de muitos terem apoiado essa ideia política de fechamento de mais uma escola do campo, sabemos que isso se deu por não terem a informação coerente sobre o que lhes é de direito. Em contraponto, havia outro grupo que era totalmente contrário a essa ideia, pois a Escola que funcionava em um espaço alugado, agora passaria a ter seu lugar fixo, essa era a proposta que tinha sido concebida a eles, por um político da época, Marcelo Junior<sup>12</sup>, o mesmo tinha familiares na comunidade de Laginha. Dessa forma, foi feito um projeto para desenvolver a construção da escola multisseriada, entretanto, a maioria decidiu por barrar essa ideia, preferindo que os alunos fossem transportados, pois para eles, supostamente, teriam um ensino melhor e com um novo formato de séries regulares. Assim, passamos da ideia de uma escola localizada e da possibilidade de construção de uma unidade escolar na comunidade, pois a decisão da maioria foi pelo transporte dos estudantes, os quais passaram a ser ‘transportados’, com a dificuldades que fomos elencando ao longo da pesquisa, entre a precariedade e a possibilidade de uma transporte com melhor qualidade.

Neste processo, aos ‘sermos transportados’, saímos do nosso lugar de origem e vamos em busca dos estudos, e, dependendo das distâncias, dificuldades materiais (estruturas, materiais escolares, fatores econômicos, etc) e imateriais (distância da família, ensino descontextualizado, questões pessoais, cognitivas e emocionais, etc), os limites e a impossibilidade de continuidade dos estudos, para muitos torna-se uma realidade, infelizmente.

Portanto, a falta de conhecimentos sobre o ensino multisseriado e a escassez de apoio para a manutenção com eficácia e qualidade, deu consequência para a estatística crescente de mais uma escola do campo fechada. Assim, mesmo sem perceberem, tiveram os seus direitos usurpados.

---

<sup>12</sup> Vereador envolvido com a comunidade na época

### 4.3 A ESCOLA DO CAMPO QUE QUEREMOS

A Escola que nossos pais idealizaram um dia para nós, não é a mesma que hoje queremos, e daqui alguns anos também podemos mudar de percepção. A verdade é que em todas as mudanças, queremos pensar para além das quatro paredes, compreendendo os contextos em que vivemos.

É necessário termos uma escola, educação e docência que sejam ativas e promovam a compreensão das singularidades e subjetividades do Campo, com um projeto político pedagógico que traga reflexões do concreto, num espaço que não seja arcaico, que associe ao mundo moderno e tenha a presença da tecnologia. Afinal, o campo não ficou parado no tempo, as mudanças tecnológicas também ocupam esse espaço.

Exigimos e lutamos por políticas públicas com equidade e qualidade, que garanta um ensino democrático, de direito para o seu público, formando um sujeito crítico-reflexivo, respeitando seus conhecimentos e características. FREIRE (2001) coloca que:

O que venho propondo é um profundo respeito pela identidade cultural dos alunos e das alunas – uma identidade cultural que implica respeito pela linguagem do outro, pela cor do outro, o gênero do outro, a classe do outro, a orientação sexual do outro, a capacidade intelectual do outro; que implica a habilidade para estimular a criatividade do outro. (FREIRE, 2001, p. 60).

Queremos uma instituição inclusiva e, sobretudo, que assegure a permanência do discente, pois sabemos que a forma como o sistema de ensino regular se dá em nosso país é muito excludente e seletivo, gerando muitas reprovações, o que causa uma desmotivação crescente e até determinante para que desistam de prosseguir com o ensino. Isso é muito grave, acarreta danos com prejuízos ao longo prazo, em todas as dimensões: sociais, políticas, econômicas, educacionais, cognitivas e emocionais, cujo principal prejudicado é o próprio estudante.

Por isso, é necessário se debruçar sobre os fatores que geram o analfabetismo, especialmente na zona rural, isso é uma questão histórica e não natural, não é simples combater as estatísticas, porque parte de mudanças significativas que precisam ser feitas no sistema educacional que predominam há algum tempo, mas isso não é impossível e nem fora da nossa realidade. Para isso, é imprescindível deixarmos de regar as raízes estruturais do analfabetismo no Brasil, sobretudo, no campo, defendemos uma escola que nos olhe como sujeitos que possuem o direito a uma aprendizagem significativa, contextualizada e de

qualidade, que querem ter acesso ao ensino global, mas também conhecer e reconhecer sua localidade.

A função da escola, não é só saber ler e escrever vai, muito além, é socializar em grupo, interagir com os diferentes saberes, é poder assistir um telejornal e se posicionar criticamente, ser um leitor competente, é entender o mundo ao nosso redor, é ser alfabetizado e também letrado. Além disso, precisamos de práticas educativas que façam a aliança desses dois processos, buscando oferecer para o camponês uma educação para que amplie sua visão de mundo, tendo como objetivo a melhor formação do aluno. Assim, o letramento se torna uma forma de entender a si e aos outros, desenvolvendo a capacidade de questionar com fundamento e discernimento, intervindo no mundo e combatendo situações de opressão. (FREIRE, 1996)

Além disso, se investirmos em uma Educação do Campo, sem doutrinação e sem modelos importados avulsos, mas partindo de uma reafirmação dos nossos princípios sobre um projeto político pedagógico, assim estaremos desabilitando a ausência de possibilidades, de ocasiões e oportunidades negadas historicamente.

Não devemos usar o termo analfabeto como um xingamento ou preconceito, a miséria humana é constrangedora, produz um sentimento de tristeza, e se tivéssemos feito uma Escola do Campo baseada com a realidade dos seus alunos, respeitando suas histórias e a comunidade, provavelmente teríamos facilitado a vida de muitas pessoas, ao invés de desenvolvermos esse crime social, que é o analfabetismo.

## CAPÍTULO V

Figura 7 - Alunas em frente ao ônibus escolar



Fonte: Queila Rozane - entrevistada

“Não deveria ser papel da escola a promoção do deslocamento do sujeito do lugar, do contexto, apesar dela ter sido ao longo da sua história este instrumento, principalmente quando nos referimos às comunidades e as escolas presentes no campo, que de rural e do campo só possuíam o nome e que funcionaram e ainda, na maioria das vezes, continuam funcionando, como passaporte para o êxodo rural, pois pouco tocam nas questões relacionadas ao campo, a não ser para reforçar os velhos estigmas direcionados a este espaço.”

(Edmerson Reis)

## 5. HISTÓRIA DO TRANSPORTE ESCOLAR ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

As discussões relacionadas ao transporte escolar no acesso às escolas vêm sendo feita há bastante tempo no que tange a ampliação da oferta desse meio de locomoção, principalmente, voltado para o meio rural, lugar onde os alunos têm extrema necessidade desse recurso, visto que o acesso normalmente é mais longo e difícil, mesmo sendo previsto na LDB dos Princípios e Fins da Educação Nacional, em seu Art. 3º § I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Em 1986 foi publicado no Diário Oficial, portaria de número 86, de 3 de fevereiro, o Programa Nacional do Transporte Escolar (PNTE) para promover o financiamento de veículos para transporte escolar. A Constituição de 1988 prevê em seu artigo 211, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. A LDB que teve sua elaboração entre os anos de 1986 e 1996 teve ao decorrer desse período o surgimento de pontos voltados à educação no geral, bem como avanços no quesito transporte escolares. Em 1961 já sendo colocada a permissão de auxílio para o transporte, além de outras ações assistenciais, porém, não deixando ainda bem clara como seria sua forma de execução. Em 1971 foram modificados alguns pontos, mas continuando sendo garantido o direito a assistência estudantil, dentre elas a do transporte.

Além disso, em 1996, foi alterado ensino fundamental para a educação básica (Lei n. 12.796/2013).

Outra indicação importante para a política pública de transporte escolar, prevista na LDB/1996, é a incumbência aos estados (Inciso VII do art. 10) e municípios (Inciso VI do art. 11), para assumir a responsabilidade do traslado dos alunos de suas respectivas redes. (RIBEIRO; JESUS, 2015, p.140)

A Lei 10.709 foi aprovada no ano de 2003 onde consta que os estados devem assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual e os municípios da rede municipal de ensino. Essa lei foi essencial para estabelecer a quem cabe à competência de financiar a manutenção do transporte escolar. Embora prevista por lei e com as devidas incumbências de responsabilidade, na prática ainda estão distantes de estarem de acordo com os termos legais.

Atualmente, para o transporte escolar são implementados dois programas pelo governo federal, sendo um deles o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), que foi instituído pela lei 10.880 de 9 de Junho de 2004, com o objetivo de garantir a oferta do transporte escolar a alunos do ensino público da zona rural, no que tange ao deslocamento para as suas instituições de ensino.

Os repasses são realizados em nove parcelas anuais, de março a novembro, recursos esses que são repassados baseados no censo escolar do ano anterior, sendo realizados diretamente ao ente federado (município, estado ou Distrito Federal). A fiscalização é feita em cada município pelo conselho do Fundeb, no qual realizam a prestação de contas e, a partir disso, emitem os pareceres e encaminham a prestação ao FNDE. O valor a ser repassado é estabelecido pela Resolução de N° 12 de 17 de março de 2011, baseado no Fator de Necessidade de Recurso do Município (FNRM) o qual considera a área rural do município, bem como a população que mora no campo, levando em conta também a posição do município na linha da pobreza e o índice de Desenvolvimento Humano (IDEB).

O Programa Caminho da Escola que foi criado pela Resolução nº 3 de 28 de Março de 2007, beneficia não só aos alunos da zona rural, mas, a todos da rede pública de ensino que necessitam dos coletivos. Ademais, segundo o site do FNDE (2017)<sup>13</sup> o mesmo objetiva: renovar a frota de veículos escolares; garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes, por meio de padronização e inspeção de veículos; contribuir para a redução da evasão escolar em observância ao Plano Nacional de Educação; garantir o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural; obter a redução dos preços dos veículos e propiciar o aumento da transparência nas aquisições. De fato, esse programa tem a pretensão de gerenciar com mais qualidade a situação dos veículos, mas na prática, as suas funções não têm essa legitimidade, como é proposto pela resolução.

A forma de adesão ao programa é por meio do uso dos recursos próprios de cada ente federado, só necessitando aderir ao pregão eletrônico realizado pelo FNDE, que faz registro dos preços dos veículos padronizados para o transporte escolar, *através de convênio firmado com o FNDE*; e *via financiamento* do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

---

<sup>13</sup> Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/caminho-da-escola/sobre-o-plano-ou-programa-suple/historico> . Acesso em: 10 de ago. 2020.

Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

## **5. 1 PERSPECTIVAS DO TRANSPORTE ESCOLAR - POVOADOS DE LAGINHA E LAJES**

Os povoados de Laginha e Lajes são pequenas comunidades que ficam há 16 e 8 quilômetros ( respectivamente) do distrito de Carnaíba do Sertão, que sedia o Colégio Municipal Professora Graciosa Xavier Ramos Gomes e a extensão do Colégio Democrático Estadual Professora Florentina Alves Dos Santos - CODEFAS , a qual nos referimos aqui por ser aquela que passamos mais tempo estudando, sete anos, da 5ª série do ensino fundamental (hoje 6º ano) ao 3º ano do ensino médio. O transporte escolar para essas localidades é um recurso essencial para que os alunos das referidas comunidades cheguem até a escola, que no caso é a mais próxima e a única que oferece até o ensino médio.

Como a escola não é tão próxima e recebe alunos das redondezas, a necessidade de se ter transportes escolares que conduzam esses alunos até esse local é explícita, porque muitos desses, se não a maioria, não tem outra opção para chegar até a escola, como é assegurado por lei, os municípios devem disponibilizar os coletivos para os alunos da rede pública de ensino que precisam desse recurso.

A qualidade dos transportes deveria ser algo primordial, principalmente porque o público ao qual nos referimos aqui é constituído de crianças e adolescentes, porém a realidade é bastante diferente. Os veículos são de má qualidade, em sua maioria são muito velhos, não seguem as medidas de segurança, não contendo, por exemplo, os cintos de segurança, quebram com muita facilidade, pois muitas vezes a idade média da frota veicular ultrapassa o recomendado. No ano de 2019, foi imposto aos responsáveis pelos ônibus que só poderiam continuar fazendo o trajeto se os veículos tivessem até 15 anos de uso, após isso não poderiam mais, os que ultrapassavam esse tempo foram trocados, mesmo assim, ainda existem as falhas quanto à segurança, pois muitos não contam com cintos de segurança. Existem ainda transportes que continuam prestando serviços mesmo após o período estipulado, e veículos com tais circunstâncias, aliados a péssimas condições das vias, acabam por constituir viagens desagradáveis e exaustivas aos estudantes.

Além disso, em períodos chuvosos a situação é bem complexa, os transportes não conseguem chegar às escolas por conta das condições das estradas, e quando tentam, na maioria das vezes, atolam devido ao estado dificultoso do itinerário. Quando as chuvas eram muitos fortes, as estradas ficavam intransitáveis por dias, e, conseqüentemente, os alunos não iam para a aula, perdiam conteúdos, pois os professores ministravam para os que se encontravam no distrito e tinham como chegar à escola. O que é ligeiramente redundante, pois como é previsto na LDBEN em seu Art. 3º, inciso I, é preciso que se tenha igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Em 2007 com o programa Caminho da escola, o intuito era padronizar a frota de transportes escolares e dar melhores condições para que os alunos percorressem o trajeto com mais conforto e segurança, porém, não aconteceu, até hoje, no ano de 2021, na região que engloba Lajes, Laginha e outras localidades, só contamos com dois ônibus da frota padronizada, o que não é o suficiente para a quantidade de alunos transportados, pois para conduzi-los até a instituição atualmente dispõem de dez transportes escolares e, mesmo assim, alguns ainda vão cheios, além do limite sugerido por lei<sup>14</sup>. A maioria são veículos terceirizados, muitas vezes precários.

### **5.1.2 ESCOLA MUNICIPAL E ESTADUAL: LOCAL DE ACOLHIMENTO**

Os alunos do Povoado de Laginha, Lajes e outras comunidades vizinhas têm como referência para dar continuidade aos estudos o Distrito de Carnaíba do Sertão. Uma escola simples nas intermediações entre zona urbana e rural, que recebe alunos com as suas diversas especificidades.

Os professores em sua maioria foram formados na lógica da educação urbana, sem possuir muito conhecimento sobre o contexto e a história do povo do campo; possuem a tendência de propagar o conhecimento do próprio lugar de origem, onde estão inseridos, não levando em conta o lugar do educando. Nesse sentido, constroem uma educação descontextualizada da realidade.

Atividades vinculadas com a realidade do campo são pouquíssimas, exploradas apenas em momentos mais comemorativos, eventualmente, como a feiras de ciências. Entretanto, sabemos que essas atividades devem ser recorrentes, pois elas trazem pertencimento. Como

---

<sup>14</sup> Informações referentes a quantidade da frota concedidas em entrevista com a diretora da escola.

reforça Martins (2004, p.45) “[...] a escola não pode se dar ao luxo de ignorar o chão que pisa”.

Em suma, precisamos de uma educação imbricada que esteja a serviço da transformação de processos formativos que valorizem a vida por meio de um ensino inclusivo e participativo. Precisamos como afirmava Freire (1987, p.32), de uma “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará”.

### **5.1.3 O ÊXODO RURAL VIVENCIADO POR JOVENS DO INTERIOR DE JUAZEIRO (BA)**

Os jovens oriundos do campo continuam a abandonar o meio rural para a cidade, em busca de alternativas para melhoria de vida. O tempo passou e continuamos a repetir esses acontecimentos na história brasileira. As lacunas nas políticas públicas os colocam diante da ausência de oportunidades formativas e laborais, os ‘obrigando’ a partirem para outra realidade, tendo que lidar com as questões em torno da migração. Nas comunidades estudadas, a abordagem não é diferente.

No Brasil a inexistência de políticas públicas específicas ao incentivo e apoio à permanência do jovem no espaço rural torna-se um desafio à criação de projeto de vida no local de origem, o que tem levado ao êxodo rural juvenil. Isso decorre do fato de que desde os primórdios da história brasileira o espaço rural tem sido marcado por estratégias políticas de exploração agropecuária e subordinação social, política e econômica, impostas pelo capitalismo. (QUEIROZ, 2011, p. 12).

O êxodo rural se destacou na década de 1950 e, principalmente, durante a década de 1960, esse fato foi impulsionado pelo desenvolvimento industrial ocorrido nas cidades da Região Sudeste, atraindo pessoas em busca de empregos e melhores condições de vida, uma mudança ainda muito presente nos dias atuais que tem como consequências várias mudanças no indivíduo, devido à saudade dos familiares, as dificuldades de moradias, as barreiras com um novo ensino, são alguns fatores que advém desse fenômeno social.

Os processos de ensino e aprendizagem nas comunidades do campo provém de poucos recursos e investimentos, sem contar nos transtornos que existem de acesso para muitos estudantes em que precisam percorrer longas estradas para chegarem até a escola. Os pais que tem condições financeiras melhores mandam seus filhos para o meio urbano, pois acreditam em maiores possibilidades de oportunidades, o que amplia e difunde a ideia

Que eles, para serem felizes, teriam de migrar para as cidades; que teriam de abandonar a agricultura para ter a oportunidade na vida; que a agricultura ‘era o cabo da enxada’, era o trabalho penoso que seus pais realizavam, porque não sabiam ler, que deviam aprender bem, para não terminar a vida como seus pais; que ser do campo era coisa de matuto, brocoió, pé-rapado, ignorante; que o pessoal da cidade era mais inteligente, falava melhor, tinha vida melhor, pelo fato de viverem na cidade. (MOURA, 2005, p.20)

O sujeito camponês tem orgulho da sua terra e tem esperança de que um dia não precise sair dos seus lares para ter acesso aos direitos básicos, com alternativas dignas. Corroborando Patativa do Assaré no poema “O retrato do Sertão” (2007):

Se o poeta marinheiro  
 Cantas as belezas do mar  
 Como poeta roceiro  
 Quero o meu Sertão cantar  
 Com respeito e com carinho  
 Meu cantinho  
 Onde viveram meus pais  
 O mais puro amor dedico  
 Ao meu sertão caro e rico  
 De belezas naturais. (ASSARÈ, 2007, p. 99).

Esse sentimento em relação ao pertencimento sertanejo exposto pelas obras de Patativa do Assaré é também uma característica muito presente na vida dos jovens das comunidades, pois deixam seus antecedentes em busca de um estudo ou um trabalho, trata-se de uma escolha dolorosa, mas para muitos é a única alternativa ou uma oportunidade de realizar sonhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação que nos levou a pensar em construir o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) voltado para as questões que abordamos, deu início por meio do componente curricular Educação do Campo, visto no terceiro período, despertando em nós o interesse por compreender a nossa própria história, nos levando a pesquisar sobre um tema que vivenciamos e percebemos as questões imbricadas. Inicialmente, o transporte escolar, resultou em um artigo científico que nos levou a pensar um aprofundamento da discussão trazendo para o TCC.

O ponto de partida que norteou a pesquisa foi responder a seguinte questão central: Quais as experiências construídas e as dificuldades encontradas por alunos na educação campo e conseqüentemente como sujeitos transportados das Comunidades Laginha e Lajes para o Distrito de Carnaíba do Sertão, em Juazeiro (BA) ? Tal questionamento parte do interesse em discutir e esclarecer essas indagações, muitas vezes desconhecidas pela sociedade e esquecidas pelo poder público, juntamente com os objetivos específicos que serviram de base para respondermos alguns entraves e contribuir com o desenvolvimento da pesquisa.

Para fazer tais levantamentos, foi preciso nos debruçar sobre bibliografias que nos permitissem realizar uma reflexão sobre os dados coletados e trouxesse consistência aos estudos. Dessa forma, foi possível construir um aporte teórico satisfatório que nos possibilitou uma série de conhecimentos relevantes a respeito dos transportes escolares na educação do campo, bem como outras questões que imbricam com tema, sendo elencadas para subsidiar a investigação.

A fenomenologia foi escolhida como o método de abordagem por entendermos que nos possibilita compreendermos os fenômenos das experiências, visto que o trabalho foi elaborado a partir das nossas vivências e de outras pessoas com narrativas semelhantes, sobre as quais nos propusemos relatá-las aqui, através da escrita e documentadas em vídeo. Além disso, utilizamos para obtermos dados, entrevistas semiestruturadas, bem como a observação em campo e o resgate de imagens que nos aproximou das histórias de vida e das narrativas, fortificando as discussões aqui levantadas. Nesse âmbito, estivermos também presentes nos *locus* de pesquisa, o que foi essencial para as formatações de ideias e proposições.

Diante do retorno que tivemos através dos vídeos, ficou claro que os entrevistados conseguiram compreender criticamente a situação de desigualdade social e carência de políticas públicas que os cercam, deixando claro o desejo por condições dignas de acesso aos estudos, além de perceberem que são sujeitos com direitos que merecem serem respeitados,

enxergando o campo como um lugar onde muitos querem criar raízes, reconhecendo seu potencial, e, sobretudo, valorizando sua terra. Por isso, frisamos tanto no decorrer da pesquisa por uma educação com equidade, na qual os sujeitos que moram no campo tenham acesso aos direitos que os competem, com qualidade de ensino por meio de uma escola contextualizada que reconheça os sentidos e significados do local onde vivem com uma formação cidadã que rompe com a educação elitizada que busca a manutenção opressor/oprimido.

Nesse sentido, a pesquisa lançou um olhar criterioso para expor a grande desigualdade social que reside em nosso país, com uma grande falta de investimento na área social, como a educação, que ainda enfrenta altos índices de analfabetismo.

Incitando diálogos com os voluntários, lançamos a pergunta “Para você o que é Educação?”. Com isso, a pesquisa teve a oportunidade de ouvir diferentes conceitos sobre um mesmo tema, falas que revelaram a grande expectativa em que as pessoas possuem sobre a educação, como uma janela de possibilidades que começa dentro da própria casa e tem a escola como extensão, vista como uma oportunidade de um emprego melhor, acesso ao ensino superior, profissionalização com mais qualificação, alcançar o cargo desejado e/ou uma realização pessoal, são essas algumas das respostas que obtivemos.

Nessa pesquisa, passamos por um momento inesperado, onde tivemos que adaptar nossa escrita, bem como os meios para a produção do documentário, que se deram de forma online e remota devido à pandemia do COVID-19, nos impossibilitando o contato físico. Assim, realizamos os estudos e coletas de dados de acordo com as condições atuais.

Com o debate que, trouxemos sobre o campo e dos sujeitos que nele vivem, a pretensão é demonstrar a realidade, gerando reflexões que podem causar um despertar, possibilitando a compreensão de que é possível obter uma transformação a partir da consciência crítica.

Assim, fica evidente na pesquisa, o quanto os sujeitos do campo e a educação são invisíveis, com condições mínimas ofertadas, muitos precisam sair de seus lugares, para estudarem fora, com isso, percebemos a grande desigualdade que migra sobre a nossa sociedade e a ineficiência das políticas públicas.

Além disso, percebemos que, a alternativa criada para a garantia de um ensino previsto por lei foi a de enviar alunos para serem transportados para uma escola mais longe, consequentemente, diminuindo os investimentos por parte do governo, dando lugar ao processo de nucleação sem uma consulta prévia com os sujeitos atingidos pelo processo,

fechando escolas e acabando com as classes multisseriadas, que passam a serem excluídas e vistas como um ensino sem qualidade. No entanto, esses são argumentos fomentados pelos governantes para fazerem suas próprias estratégias e fortalecerem seus ideais sociais.

Essa situação, revela um ciclo vicioso nos processos educacionais brasileiros, aonde a educação do campo vem sendo ignorada por parte dos governantes. Sendo historicamente, necessárias várias lutas diárias para que seu povo seja reconhecido, e não anulado, por isso, precisamos de políticas públicas que tenham compromisso na prática em cumprir o que se tem no papel.

Com essa pesquisa, tivemos a oportunidade de imergir nesse universo com outro olhar, agora retornamos como pesquisadoras e vimos no documentário uma possibilidade mais ampla e visível para que as questões aqui levantadas ganhassem diferentes vozes para representar essas questões vivenciadas com o fechamento de escolas do campo nos levando consequentemente o lugar de aluno transportado.

Portanto, a ideia maior aqui não é apenas registrar esses acontecidos, mas gerar uma reflexão sobre o que acontece nos quatro cantos do nosso país, questionar como os alunos de baixa renda chegam até a escola, como eles enxergam o potencial da educação na sua vida, qual formação o Estado está oferecendo para esses educandos, quais pontos negativos e positivos essas experiências nos trazem, é trabalhar a empatia de compreender como vive o outro.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá - Filosofia de um trovador nordestino**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1978.

BERNARD, Sheila Curran. **Documentário: técnicas para uma produção de alto impacto**. Rio de Janeiro: Elseiver, 2008.

BICUDO, Maria Aparecida Virgiane. Aspectos da pesquisa qualitativa efetuada em uma abordagem fenomenológica. In: Maria Aparecida Virgiani Bicudo. (Org.). **Pesquisa qualitativa segundo uma visão fenomenológica**. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011, p. 2-40.

\_\_\_\_\_. Sobre a Fenomenologia. In: BICUDO, M.A.V.; ESPOSITO, V.H.C. (ORGS). **A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. Piracicaba. Ed.: Unimep, 1994, p.15-22.

BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciação**. In: Cadernos Pagu. [online]. 2006, n. 26, pp. 329-376. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 24/05/2021.

BRASIL DE FATO: **uma visão popular do Brasil e do mundo**. Brasília. 11/04/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/11/fechamento-de-escolas-rurais-e-tema-no-forum-nacional-de-educacao-do-campo/>. Acesso em: 16 de dez. 2019.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº1**. Abril de 2002. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_resolucao\\_%201\\_de\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2002.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf). Acesso em: 09 de abr. 2017.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503/97**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10611260/artigo-136-da-lei-n-9503-de-23-de-setembro-de-1997>. Acesso em: 17 de dez. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 17/12/2019.

BRASIL. MEC/FNDE. **Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 20 de dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Sistema de estatísticas educacionais**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>. Acesso em: 20 de set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Sistema de estatísticas educacionais**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>. Acesso em: 20 de set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais: Contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. MEC Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em: 26 de ago. 2020.

CALDART, Roseli Salette. **Projeto popular e escolas do campo**. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

\_\_\_\_\_. Dicionário da educação do campo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_.; PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo FRIGOTTO, Gaudêncio(Orgs). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

**Campanha Nacional pelo Direito à Educação**. São Paulo. [entre 2010 a 2019]. Disponível em: <https://campanha.org.br/caqi-caq/o-que-e-o-caqi/> . Acesso em: 21 de mai. 2020.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a uma prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Unesp, 2001.

FURTADO, J. C. S. **O desafio de promover a aprendizagem significativa**. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2020.

G1, MEC. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL205152-5598,00-IDADE+MEDIA+DA+FROTA+DO+TRANSPORTE+ESCOLAR+E+DE+ANOS.html>. Acesso em: 04 de jul. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnica de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo. Ed: Atlas. 2008.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º. Ed. São Paulo

GONH, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

HAGE, Salomão Mufarrej; REIS, Maria Izabel Alves. **Tempo, espaço e conhecimento nas escolas rurais (multi)seriadas e transgressão ao modelo seriado de ensino**. Brasília, v. 32. N. 101, p. 77-91. Jan./abr. 2018.

KOLLING, E. J.; Cerioli, P. R.; Caldart, R. S. (org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

LIMA, A. V. R. **Múltiplos olhares sobre a educação no semiárido brasileiro: A educação infantil no contexto da educação do campo em Sento-Sé – BA**. Juazeiro: Resab, 08 dez. 2016.

LIMA, Elmo de Souza. Educação contextualizada no Semiárido: reconstruindo saberes e recendo sonhos. In: RESAB, Selo Editorial. Caderno Multidisciplinar – **Educação e Contexto do Semiárido Brasileiro**. V.2. Juazeiro: Selo Editorial RESAB, 2006.

LEONARDELI, Poliana. **Patativa do Assaré e a Identidade Sertaneja- Oralidade, Memória e Religiosidade**. Disponível em: [www.ufes.br/ppgl/pdf/Poliana\\_Bernabe\\_Leonardelli.pdf](http://www.ufes.br/ppgl/pdf/Poliana_Bernabe_Leonardelli.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

LUCENA, Simone. **Culturas digiatis e tecnologias móveis da educação**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 59, p. 277-290, jan./mar. 2016.

MARANHÃO, Diva. **Ensinar brincando: a aprendizagem pode ser uma grande brincadeira**. Rio de Janeiro: WAK, 2007.

MARTINS, Josemar da Silva. **Anotações em torno do conceito de Educação para a convivência com o semi-árido**. Juazeiro: RESAB, 2004.

MOURA, Abdalaziz de. Filosofia e Princípios da PEADS (Pe) e do CAT(Ba). In: BAPTISTA, Francisca Maria do Carneiro; BAPTISTA, Naidison de Quintella(Org.) **Educação rural: sustentabilidade do campo**. Feira de Santana, MOC; UEFS; SERTA, 2º edição. 2005

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/>. Acesso em: 17 de jun. 2020.

Portal do MEC. Resoluções CEB. **Parecer CNE/CEB nº 2/2010, aprovado em 5 de maio de 2010** – Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/15519-custo-aluno-qualidade-inicial-caqi>. Acesso em: 25 de ago. 2020.

QUEIROZ, Sicleide Gonçalves. Dilemas da juventude rural brasileira: reflexões sobre o trabalho e a Educação. In: **V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO: marxismo, Educação e emancipação humana**, UFCS. Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: [www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo\\_03e03c\\_t007.pdf](http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_03e03c_t007.pdf). Acesso em: 22 de out. de 2020.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mais afinal... o que é mesmo documentário?**. São Paulo: SENAC/SP, 2008.

**REDE BRASIL ATUAL**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/sem-categoria/2020/01/fechamento-escolas-zonas-rurais-preocupam/>. Acesso em: 17 de jun. 2020.

REIS, Edmerson dos Santos. **A contextualização dos conhecimentos e saberes escolares nos processos de reorientação curricular das escolas do campo**. Salvador, 2009.

RIBEIRO, Andreia Couto; Jesus, Wellington Ferreira. **A trajetória histórica da política pública de transporte escolar: um olhar sobre a assistência de programas federais para a educação básica.** Distrito Federal, Brasil, 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Flávia Lima. **Uma breve história sobre o cinema documentário brasileiro.** CES Revista. V.:24, Juíz de Fora, 2010.

SILVA, Adelaide Pereira. Educação Contextualizada, transposição didática e complexidade: um começo de conversa. In: REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, Luzineide Dourado. **Educação Contextualizada: fundamentos e práticas.** Juazeiro/Ba: UNEB, 2011.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de; REIS, Edmerson dos Santos. **Educação para a convivência com o semiárido: reencantando a educação a partir das experiências de Canudos, Uauá e Curaça.** São Paulo: Peirópolis, 2003.

TAFFAREL, C. Z.; MUNARIM, A. **Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua.** Revista Pedagógica, Chapecó, v. 17, n. 35, maio/ago, 2015. p.41,51.

TRAVESSINI, Desideri Marx. **Educação do Campo ou Educação Rural? Os conceitos e a prática a partir de São Miguel do Iguaçu, PR.** Disponível em:<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/383>. Acesso em: 30 mar 2020.

## ANEXOS

Link documentário:

<https://drive.google.com/file/d/1Nw8miGW8VDg5dgt4vTfMwpFyzHuMkZTi/view?usp=sharing>

Trailer: [https://drive.google.com/file/d/1el86DWMmR5HlMh74i\\_-4Shs8O-OsZHBp/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1el86DWMmR5HlMh74i_-4Shs8O-OsZHBp/view?usp=sharing)

## ROTEIRO

<p>Inicia com frase de Paulo Freire</p> <p>Aluno entrando no ônibus, mostrando um pouco do percurso (estradas), mostrando a fachada da escola e a entrada surgindo o título do documentário.</p> <p>Vídeo das pessoas falando sobre “o que é educação?”</p> <p>Colocar transição para a próxima fala</p>	<p>Abertura</p> <p>“A educação não transforma o mundo. Educação transforma pessoas. Pessoas transformam o mundo”.</p> <p>Paulo Freire</p> <p>Primeira cena</p> <p>Intercalando entre as falas dos entrevistados.</p> <p>Narração</p> <p>A educação tem um valor intrínseco, é a porta de entrada para um mundo de possibilidades, são novas atitudes, outros modos de pensar, mas infelizmente o direito de uma educação com qualidade não chega para todos. Penso, entretanto, que como agentes da educação podemos construir, cada vez mais, pesquisas que enxerguem o sujeito camponês, sua cultura, suas especificidades e acima de tudo, os seus direitos.</p> <p>Compreendo a educação como uma ferramenta fundamental para a libertação, por isso, devemos exigir dos governantes uma escola que tenha</p>
--	---

Colocar transição final para a próxima fala.	qualidade e combata a relação opressor/oprimido, que o sujeito possa ser o que ele quiser e não o que querem que ele seja.
Colocar imagem do tempo da escola enquanto for falando sobre	Segunda cena  Fala nossas, das pesquisadoras, sobre a vivência no campo e motivação para o documentário.
Vídeo da professora da comunidade com imagem da antiga escola	Professora Nilza falando sobre como eram as condições no tempo em que lecionava, sobre escola multisseriada e recursos escassos.
Transição para a próxima fala	Narração  Quando escutamos relatos como esse, sentimos muita tristeza em ver que a educação do campo não teve o seu lugar de prestígio, não possuiu investimentos mínimos, desprezando tantas crianças e jovens que possuem sonhos, que enxergam na escola pública a oportunidade de um trabalho melhor, fazer uma faculdade, se qualificar, enfim, querem seus direitos, mas para isso, eles precisam compreender quais são os seus direitos legais, e essa oportunidade de reconhecer e posicionar-se criticamente é o estudo e a socialização quem oferece.
Frases surgindo ao lado enquanto vai falando sobre os direitos	Estamos o tempo todo sendo informados sobre as estatísticas do analfabetismo, ficamos estarecidos com o número de jovens que não frequentam a escola, mas será que estamos tendo a sensibilidade e empatia para nos questionarmos o porquê dessas situações.
Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:	Basta uma simples busca na internet e temos acesso no número de escolas do campo que estão sendo fechadas, não podemos fechar os olhos para esses dados.
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;	O campo precisa da gente, do nosso olhar,
IX - garantia de padrão de qualidade;	
Título de entrevista falando sobre índices de analfabetismo	

<p>Colocar dado sobre nucleação. Colocar foto de Nilza quando fala dela.</p> <p>Surge frase por cima da imagem do vídeo da fala da entrevistada no início “Com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) quase 80 mil escolas no campo foram fechadas entre 1997 e 2018, somando quase 4 mil escolas por ano.”</p> <p>Colocar imagem de Walisson caminhando</p> <p>Frase aparecendo enquanto fala</p> <p>Não queremos uma mera alfabetização, mas, de fato, a ação de letrar esses sujeitos.</p> <p>Mostrar imagem do riacho a que ela se refere em sua fala</p> <p>Ao falar o termo aluna transportada,</p>	<p>seu povo só quer ter oportunidade de viver na sua terra com os direitos que te cabem.</p> <p>Fala de Queila Rozane (ex aluna) sobre o fechamento da escola da comunidade.</p> <p>Fala de Queila sobre o processo de nucleação e situação dos transportes.</p> <p>Fala de Fabricia Custodio sobre o percurso e situação dos ônibus.</p> <p>Narração</p> <p>As políticas públicas precisam garantir que a criança, o jovem, que ele possa ter o acesso público e de qualidade do ensino, não uma mera alfabetização, mas, de fato, a ação de letrar esses sujeitos. Não é simplesmente obedecer a lei que garante a todos o acesso a educação e deixar que esses sujeitos fiquem a mercê das consequências de falta de planejamento, de uma gestão governamental e uma falta de cuidado com seu povo. Não podemos permitir que quem mora na zona rural seja um povo esquecido de direitos.</p> <p>Fala de Carina Custodio (ex aluna) sobre a luta de sua mãe para que os ônibus fossem buscar e as dificuldades do percurso.</p> <p>Fala de Ana Luisa Souza (ex aluna) sobre a sua formação, contando sobre as condições do transporte na sua época bem como das estradas.</p>
--	---

<p>colocar frase explicando o termo.  “Aluno transportado é aquele que precisa de um meio de transporte para se deslocar até a escola.”</p> <p>Colocar tela preta com “A dificuldade dos alunos transportados que não tem o suporte da escola por perto”.</p> <p>Transição para fala</p> <p>Colocar frase repensarmos tais diálogos, tais vivências.</p>	<p>Fala de Vitória Ramos (ex aluna) falando sobre o percurso de chuva, do quão cansativo era o percurso e sobre chegar atrasada.</p> <p>Fala da diretora sobre a reclamação dos alunos quanto ao atraso e cansaço e sobre terem que sair mais cedo por conta das estradas.</p> <p>Fala de João Alan sobre o horário em que precisavam se arrumar para pegar o ônibus.</p> <p>Carina falando da redução de horário.</p> <p>Vanessa Ramos sobre horário que se arruma para ir à escola.</p> <p>Fala de Daniele sobre a perda de conteúdos.</p> <p>Carina Custodio falando sobre o quão falhas são as políticas publicas.</p> <p>Fala da diretora falando da situação atual dos alunos na pandemia em relação ao acesso</p> <p>Frase surgindo</p> <p><i>“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.”</i>  Paulo Freire</p> <p>Narrativa</p> <p>Se a educação pode mudar o mundo, tá mais do que na hora de repensarmos tais diálogos, tais vivências.</p> <p>Não é justo que sonhos sejam destruídos</p>
--	---

<p>Colocar transição ao final da fala para a próxima fala.</p>	<p>pela falta de possibilidades. Estamos no banco de reserva, mas enxergamos o estudo como a chave para entrar no “jogo”.</p>
	<p>Fala de Marineide Melo de como era no tempo das chuvas, como ela como mãe agia e sua luta para conseguir transporte de qualidade.</p> <p>Fala de Lucimar falando da construção da ponte com a comunidade e poder público. (01:33 fala 5)</p>
	<p>Narração</p> <p>A relação de parceira entre escola e família é fundamental, mas esse contexto vai muito além de cooperação, por parte da família é traçar uma luta, instigar valores, cobrar ações, é buscar para o seu filho oportunidades que nem eles mesmos tiveram. É serem ouvidos e compreendidos nas suas entrelinhas. Por isso, cabe aqui, falas de Nelson Mandela, quando ele diz: “A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica e o filho de um trabalhador rural pode chegar a presidente de uma grande Nação.”</p>
<p>Enquanto a vai falando a frase de Nelson Mandela vai aparecendo por cima da imagem da narradora.</p>	
<p>Fala de vanessa colocar imagem dela estudando ao falar que se esforça para estudar e imagem da entrada da uni Fala de Queila colocar imagem dela lecionando e Ana Luisa colocar imagens de apresentação de trabalho, da formatura e lecionando.</p>	<p>Terceira cena</p> <p>Fala dos entrevistados, João Alan, Vanessa sobre o que almejam.</p> <p>Queila Rozane e Ana Luisa sobre as suas conquistas/formação acadêmica .</p>
<p>Colocar frase: Quais espaços esses sujeitos do campo hoje ocupam?</p>	<p>Narração</p>

<p>Imagens das pessoas que estão no documentário em formato estilo 3x4 aparecendo</p>	<p>O que a gente ver nessas falas, é a persistência de enfrentar inúmeros desafios diários para ter acesso ao ensino. Ver um aluno que passou por tantos obstáculos e hoje é formado, e ainda mais, é um educador, de certa forma, revigora as nossas esperanças, pois o jovem é o seu próprio incentivador, ele consegue entender sua luta e de seus pais, assim, ele vai em frente, quebrando os tabus do preconceito, tirando as pedras que foram colocadas no seu caminho, e, acima de tudo, acreditando em si mesmo.</p> <p>Fala de Queila sobre escola que queremos.</p> <p>Fala de Ana Raphaela sobre políticas Públicas.</p> <p>Narração de encerramento</p> <p>Como Bráulio Bessa mesmo questiona, “até quando o Brasil vai suportar ver seu povo carente de saber... sem uma escola decente para estudar?”</p> <p>E é com essas indagações que a gente espera e clama por um olhar mais acessível, por um governo mais humano, por políticas públicas mais eficazes, por um país menos desigual, por uma sociedade mais letrada. Não queremos que crianças tenham que fazer sacrifícios tão grandes para estudar, queremos que elas encontrem o conforto e o conhecimento em um só trajeto, em um só lugar.</p> <p>Aqui mostramos histórias reais, que podem se parecer com a de milhares de alunos em todos os cantos do Brasil. Essa realidade é nossa e também pode ser a sua, sintam-se representados.</p>
---	--



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada como voluntário (a) a participar da pesquisa sobre ‘A educação do campo e o transporte escolar: uma trajetória de experiências’, que tem como objetivo geral: Identificar as experiências construídas e as dificuldades encontradas por alunos na educação do campo e conseqüentemente como sujeitos transportados das Comunidades Laginha e Lajes para o distrito de Carnaíba do Sertão.

O presente trabalho propõe expandir as discussões mostrando a realidade educacional do campo por meio de entrevistas. Um dos escopos foi buscar relatos para sustentar o entendimento do percurso histórico a ser mapeado, a fim de evidenciar as dificuldades encontradas diariamente para a continuidade da formação e dos processos da aquisição de conhecimentos, juntamente com a luta das comunidades para a acessibilidade de políticas públicas, evidenciando as mudanças nos transportes escolares no decorrer do tempo. Para tanto, será realizado um documentário, que visa trazer vivências e realidades, reforçando as narrativas e experiências dos colaboradores. Por conta do momento atual da pandemia do Covid-19, a pesquisa será realizada de forma remota, on-line, para o cumprimento de segurança a todas e todos.

Terá como metodologia a pesquisa de campo, que equivale à observação dos fatos, bem como o levantamento bibliográfico, os estudos sobre o tema, com a atualização das informações e, partindo disso, delibera-se os procedimentos de coleta de dados nas entrevistas semi-estruturada, que darão sustentação à pesquisa.

O estudo **não terá nenhum custo ou qualquer vantagem financeira**. Você será esclarecida(o) sobre o aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar. **Sua participação é voluntária** e os resultados estarão à disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação **não será liberado sem a sua permissão**. Caso deseje, você não será identificada(o) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo, podendo adotar um nome de fantasia.

A sua entrevista irá somar positivamente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),-assim como, os dados (Documentário e Relatório) ficarão à disposição da Universidade e comunidade interna e externa, guardados em arquivo. Dessa forma, este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a outra será fornecida a você.

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informada(o) dos objetivos  
do estudo “**Transporte Escolar na Educação do Campo**”, de maneira clara e detalhada e  
esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e  
modificar minha decisão de participar, se assim o desejar. Declaro que concordo em participar  
desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido.  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Telefone para contato: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Cidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Ana Raphaela Ramos da Silva.

**Pesquisadora  
Ana Raphaela**

Patrícia da Silva Custodio

**Pesquisadora  
Patrícia Custodio**

Edilane Carvalho Teles

**Orientadora**  
Edilane Carvalho Teles  
Docente do Departamento de  
ciencias Humanas - Campus III  
Universidade do Estado da Bahia  
(UNEB)  
RG 0707969471